



o MINISTÉRIO

ADVENTISTA



ANO 21

MARÇO-ABRIL DE 1955

Nº.





Órgão publicado bimestralmente pela
 Associação Ministerial da Igreja Adventista do
 Sétimo Dia
 Editado pela
 Casa Publicadora Brasileira
 Santo André, São Paulo
 Gerente — **Bernardo E. Schuenemann**
 Redator responsável — **Luiz Waldvogel**
 Redator associado — **Rafael de A. Butler**
 Colaboradores especiais
Walter E. Murray, Walter Schubert

NOSSA CAPA

**O Pastor Silas Gianini ministra o rito sagra-
 do na Igreja Central de Belo Horizonte.**



ANO 21

Nº. 2

ILUSTRAÇÕES

Conhecer o Salvador	2
Serviço de Amor	2
Divinas Harmonias	2

ARTIGOS GERAIS

<i>Conjugação de Esforços da Vida — Cap. V, Não Nos Enganemos a Nós Mesmos</i>	3
<i>O Anticristo na História e na Pro- fecia — III, A Evolução do Pa- pado (Cont.)</i>	6
<i>Reflexões</i>	16

ESTUDOS BÍBLICOS

<i>O Rico e Lázaro</i>	17
----------------------------------	----

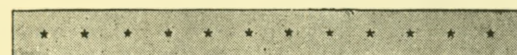
O ESPÍRITO DE PROFECIA

<i>"O Testemunho Direto"</i>	18
--	----

CAIXA DE PERGUNTAS

<i>O Uso de Jóias</i>	19
---------------------------------	----

NOTAS E NOTÍCIAS



ILUSTRAÇÕES

Conhecer o Salvador

O ALVO da vida de famoso pintor era reproduzir na tela a figura de Cristo. Trabalhou diligentemente para fixar a sua concepção de Cristo e, ao terminar a pintura, saiu do estúdio à rua, onde várias meninas estavam brincando, e levou consigo para dentro uma delas.

Pedindo-lhe que se pusesse diante da pintura, disse-lhe:

— Menina, diga-me: quem é êsse aí?

Ela olhou atentamente por um pouco de tempo, e disse:

— Parece ser um homem bom, mas eu não o conheço.

Sentou-se o artista, profundamente desapontado. "Temo que eu não conheça a Cristo," disse êle. Abriu o Novo Testamento e, com oração, pôs-se a estudar a Cristo. Não demorou a que se convencesse de ser pecador e percebesse a necessidade que tinha de aceitar como seu Salvador, a Jesus Cristo, o Cordeiro de Deus. Apossou-se-lhe do coração a alegria da salvação, e recomeçou o seu trabalho. Acabada que foi a segunda pintura, pediu êle à mesma menina que a contemplasse. Imediatamente ela começou a recitar o passo: "Deixai vir a Mim os meninos, e não os impeçais." Com lágrimas de alegria, o artista exclamou: "Agradeço-Te, ó Deus, o poder eu apresentar agora a Cristo de maneira tal que uma criança O reconhece."

Serviço de Amor

Faz algum tempo, em Tringate, Inglaterra, houve uma cena tocante. Uma senhora idosa, com um chale sôbre a cabeça, aparentemente muito pobre, foi vista por um policial a apanhar do chão alguma coisa e escondê-la no avental, rapidamente. Continuou a fazer isso, dando a impressão de haver achado alguma coisa de valor, talvez perdida por outrem. O policial, novo na profissão, e um pouco cioso de sua autoridade, a ela se dirigiu, dizendo-lhe com certa rispidez:

— Que é que a senhora está escondendo no seu avental? Quais são as suas intenções? Abra já êsse avental, senão eu a levo presa!

A boa da velhinha, sorridente, abriu o avental, exibindo cacos de vidro, pregos e outros objetos pontiagudos que apanhara da rua.

— Por que está fazendo isso? perguntou-lhe o policial.

— Eu faço isso cada dia, respondeu ela, com acanhamento, porque muitas crianças descalças andam por esta zona o dia todo, e podem machucar os pés.

O grande policial ruborizou-se e, pondo-lhe um braço no ombro, disse:

— Deus a abençoe, minha senhora!

Quanta necessidade há de que os cristãos sintam ser seu dever o tirarem do caminho alheio as coisas pontiagudas e molestas que tanto dissabor e sofrimento diários causam!

Divinas Harmonias

Um viajante que visitou a catedral de Pisa con-

ta como parou defronte da majestosa cúpula e lhe contemplou as linhas graciosas.

Repentinamente o ar se encheu de música. A grande cúpula vibrava de harmonia. Ondas de música vibravam como sons de um grande órgão, para em seguida suavisarem e perderem-se como ecos à distância. As harmonias haviam sido produzidas pelo guia que, em dado momento, havendo retardado os passos, tangera uma corda tripla. Dentro da abóbada mágica, todo som se transforma em harmonias, e nenhuma dissonância pode atingir o ápice da cúpula e permanecer como tal.

Uma palavra, passo, ruído ou murmúrio da multidão, em baixo, são, de alguma forma, transformados em notas agradáveis.

Se uma cúpula, obra das mãos do homem, pode assim harmonizar tôdas as dissonâncias, podemos nós duvidar que, sob a grande cúpula dos Céus divinos, tôdas as coisas podem juntamente contribuir para o avançamento do divino propósito de redenção de todos quantos O amam? Todo sofrimento, lágrima e dor podem ser amalgamados em harmonias dentro da cúpula celeste da divina graça.

ARTIGOS GERAIS

Conjugação de Esforços na Vida

ARTUR L. BIETZ

(Membro da Associação Médica Americana de Psicologia, Professor de Cristianismo Aplicado no Colégio de Evangelistas Médicos, Pastor da Igreja White Memorial)

CAPÍTULO V

Não Nos Enganemos a Nós Mesmos

“SEMPRE senti desprezo por certo tipo de mulheres, disse-me uma jovem. Intimamente me alegrava de não ser igual a elas. Faz pouco tempo, porém, aconteceu-me a coisa mais estranha do mundo. Alguém me filmou e gravou a minha vez durante uns quinze minutos; e, por estranho que pareça, falo exatamente como essas mulheres que aborreci durante tanto tempo, e tenho o seu mesmo aspecto. Poderá você imaginar que alguém se haja enganado mais a si próprio do que eu?”

Pode haver certa verdade na idéia de que se quisermos saber como somos, devemos lançar um olhar às pessoas de quem não gostamos. Geralmente temos dificuldades com as pessoas que demonstram fraquezas semelhantes às nossas. Duas pessoas teimosas descobrem rapidamente a má característica que uma e outra têm. Quem deseja manobrar tudo à sua maneira logo descobre alguém que gosta de proceder da mesma forma. A força irresistível choca-se com um objeto inamovível, e produz-se a explosão.

Disse certa vez uma senhora, cujos dentes rangiam de ira:

— Meu marido é o homem mais vil da Terra. Acusa-me a mim de tôdas as coisas de que ele próprio é o culpado. Viu você alguma vez alguém mais malvado?

Anote em seu canhenho que as faltas que descobre nos demais são as fraquezas que observa no seu próprio caráter. Por estranho que pareça, refletimo-nos nos outros. O que observamos em quem nos rodeia é amiúde um quadro muito mais exato de nós mesmos, do que deles. Se não lhe agrada o que vê nos demais, fará V. S. muito bem em lançar um olhar atento sobre si próprio. A verdade a cerca de nós mesmos tem o estranho hábito de

resvalar para os cantos escuros, de forma que a não podemos descobrir.

Tem V. S. a coragem necessária para enfrentar a verdade, quando se trata de sua própria pessoa? É V. S. suficientemente forte para combater a tendência de enganar-se a si mesma? Poucos seres humanos possuem valentia suficiente para fazê-lo. Um aluno que fracassara nos estudos dizia que a derrota não fora culpa sua. Estava certo de que os competentes do corpo docente se haviam mancomunado para fazê-lo fracassar, devido a que trabalhava com demasiada fidelidade e sobrepunha outros alunos que não estudavam com tanta intensidade quanto ele. Acrescentava que estavam invejosos dele e haviam forjado uma trama que lhe produzira o fracasso nos exames. Dizia, também, que o restante dos alunos tampouco valia nada pois não o apreciavam. Em todo o tempo da conversação nunca admitiu que fracassara por não haver estado à altura das normas requeridas pelo colégio. Era-lhe demasiado difícil aceitar a verdade. Devido a que era débil demais para lutar contra si mesmo, justificava-se buscando encontrar faltas nos demais.

Uma senhora, cuja voz não era apreciada por ser de qualidade inferior, afirmava que as pessoas não sabiam compreender a música elevada que ela cantava, e que as demais cantoras nunca lhe pediam que o fizesse por sentirem muita inveja. Enchia-se de amargura e ódio contra o mundo, porque carecia de senso para apreciar a boa música, mas nunca quis confessar que essa falta de apreço pudesse ser motivada por suas próprias deficiências.

Um escritor ainda imaturo, criticava um editor por não haver querido publicar seus escritos de

vido a que lhe era impossível imprimi-los por motivo de seu estilo deficiente. Em lugar de dar avisos aos conselhos do editor, êsse pseudo escritor, guardou a chave o seu manuscrito, manifestando que aguardaria até encontrar um "editor sensato" que quisesse reconhecer o "verdadeiro mérito" de sua produção. O escritor pensava: "A gente não está suficientemente instruída para apreciar alguma coisa verdadeiramente valiosa." O engano próprio manifesta-se em forma estranha.

A pessoa que a si própria se engana, ao enfrentar as dificuldades, tende imediatamente a encontrar refúgio na crítica, na enfermidade simulada, na comisseração própria, e noutros métodos de ocultar a verdade. A pessoa sensata trata de encontrar o fracasso em si mesma, e não nos demais. Quanto mais critique, mais alto sobe, porque corrige as dificuldades que os demais tiveram a amabilidade de mostrar-lhe. Os melhores amigos que o homem pode ter são os que lhe dizem a verdade.

A honradez ao enfrentar os problemas fortalece a pessoa contra os resultados devastadores da comisseração própria, e a põe no caminho do êxito. Se os demais riem de V. S., aprenda a rir com êles. Se pode melhorar a saúde rindo, por que não melhora V. S. a sua, rindo com êles? Não se tome V. S. a si próprio demasiado a sério. Ninguém mais o faz; por que, então, o fará V. S.?

Disse alguém: "Parece-me que todos me odeiam; que ninguém me ama". Precisa o homem estar possuído de egoísmo colossal para pensar que todo o mundo esteja suficientemente interessado em sua pessoa para nêle pensar, e não falemos já em aborrecê-lo. Assim como V. S. se pergunta que pensam de si os demais, por sua vez êles gostariam de saber o que V. S. dêles pensa. Por que, então, assumir atitudes forçadas? Enfrente a verdade.

Dois homens passaram a tarde conversando. Ao aprestar-se o visitante para sair, o dono da casa desculpou-se de haver monopolizado a conversação, e disse:

— Temo haver estado a falar de mim tôda a tarde. Espero que você me perdoe.

Respondeu-lhe o outro:

— Não se preocupe. Enquanto você falava de si, eu pensava em mim.

Isto pode parecer humorístico, mas é demasiado certo para ser simples anedota. Todos quantos enfrentam a verdade o admitirão. A pessoa causativa é a que fala de si mesma quando nós queremos que fale de nós.

Certo personagem que aparece numas historietas norte-americanas, afigura-se interessante porque reflete muito o caráter dos leitores. Constantemente está assumindo grande importância pessoal. Sempre fala de façanhas; nunca fracassa. Em maior ou menor grau, a maioria dos seres humanos tem a tendência de assumir atitudes que estão completamente fora de proporção com sua verdadeira importância. Aceite-se V. S., tal qual é, e deixe de pôr-se por cima dos demais. Essas atitudes têm como único fim chamar a atenção.

O caminho mais curto para a saúde mental é o que nos assinala uma lealdade e veracidade absolutas no tocante a nós mesmos. Ninguém poderá progredir verdadeiramente na obtenção da maturidade, sem que tenha de si próprio conceito verdadeiramente isento de preconceitos. O hábito de enganar-se é a causa da maioria das perturbações

emocionais. Tais pessoas mantêm oculta a verdade no fundo da consciência, e amiúde giram em torno de um círculo vicioso de autoengano. Os caminhos dêste mau hábito são insidiosos. Buscam-se muitas sendas para fugir da verdade sobre si próprio. Examinemos alguns dos procedimentos que os homens escolhem para enganarem-se a si mesmos.

Lemos num jornal que um homem, aborrecido porque o motor de seu auto não pegava, deu um sóco no parabrisa. Feriu-se profundamente no braço e morreu de hemorragia, antes de chegar ao hospital. É êsse um caso típico de quem busca descarregar sua ira sobre um objeto inanimado. O invejoso acusará os demais de serem invejosos. O crítico e mexeriqueiro culpará dêsses mesmos defeitos os demais. Quem acalenta animosidade contra o próximo, tratará imediatamente de justificar-se, imaginando que os demais são inimigos seus, e, dêsse modo, ocultará a verdade a seu próprio respeito.

A rudeza extrema é uma capa que encobre um complexo de debilidade e ansiedade. Fácil é indicar quem está perdendo numa discussão, observando quem perde o domínio próprio. Os chefes dêbeis tratam de cobrir sua debilidade por meio de atos rudes. Tais pessoas andam sempre buscando pendência. O mais leve desacôrdo é considerado uma ofensa à sua autoridade, e empregam a autoridade para proteger sua própria debilidade íntima. As pessoas de pouco valor enganam-se a si mesmas aparentando grandeza, e amiúde enganam também os demais.

Alguns ocultam às vêzes seus verdadeiros sentimentos de ódio ao próximo, porque temem a si mesmos e aos demais. A hostilidade reprimida pode produzir uma quantidade de enfermidades psíquicas. As perturbações cardíacas ocorrem amiúde em pessoas que mantêm calma externa, ao passo que, por dentro fervem. Tais pessoas nem sequer sabem às vêzes que estão ressentidas, cheias de amargura e hostilidade. Ocultar o verdadeiro estado dos sentimentos pessoais, tratando de cobri-los sob a capa de um falso domínio próprio, é uma das formas que muitas pessoas usam para enganarem-se a si mesmas. Outras crêem que têm grande êxito, mas vivem num mundo imaginário. Algum dia, pensam, seu gênio será reconhecido. Logo um invento lhes cobrirá de fama o nome. A forma externa desta reação se manifesta num tipo de enfermidade mental em que a pessoa se afasta completamente do mundo real. A realidade é demasiado dura, de modo que se faz necessário fabricar um mundo especial, em que seja possível viver. As grandes idéias constituem um acervo se promovem a ação e as realizações, mas se são destrutoras, convertem-se em uma maneira de escapar à realidade.

Muita gente se parece a um pião, que não se pode manter de pé sem que esteja girando. As pessoas que carecem de segurança anímica, tratam de firmar-se mediante constantes giros de trabalhos e atividades. Se acompanharmos essas pessoas a umas férias, comprovaremos isto: Não aprenderam a viver consigo mesmas. Podem receber muitas honras devido a que são muito trabalhadoras e dedicadas; mas essa atividade é só uma tentativa para escaparem ao seu quase insuportável complexo de insegurança. Tal pessoa necessita de amor, mas dêle se aparta completamente. Engana-se a si mesma com falar da necessidade de ser leal e consagrada ao

trabalho, e não obstante, se arvora em juiz de quem com ela marca passo. Correm pelo simples gôsto de correr. Têm pouco tempo para examinar o valor do trabalho que fazem. Devido à enorme necessidade de sustentar o seu eu, tais pessoas assumirão mais e mais responsabilidades para se escaparem a si mesmas. Não podem dizer "não" quando se lhes pede que façam alguma coisa, porque consideram cada nova responsabilidade uma prova de que realmente têm valor. Se alguém não tem dúvida alguma acerca de seu valor pessoal, não precisa de escorar-se, acrescentando mais e mais atividades até ao ponto de que sobrepõem a tolerância psíquica normal. O assumir muitas atividades é uma forma comum de escapar à verdade.

Existem, também, pessoas que desejam evitar toda falta, não deixando atrás de si coisa alguma que possa motivar crítica. As regras constituem um fundamento de seus atos. Tudo deve estar planejado até aos mínimos pormenores; se cometem uma falta, sofrerão remorsos durante semanas a fio. Tais pessoas malogram às vezes as relações familiares, devido ao seu afã de fazer um orçamento de cada cruzeiro que gastam. Quanto mais fracas se sentem interiormente, com tanta maior perfeição tratam de ordenar o seu mundo exterior. Se cada pormenor externo não está em perfeita ordem, parece-lhes que o dia está arruinado. Sob o engano da perfeição, tais pessoas se destroem a si mesmas e aos demais.

As pessoas fracas identificar-se-ão com determinadas organizações e pessoas, a fim de sentirem-se mais fortes. Faz pouco vimos que muitos cidadãos estadunidenses se identificavam com o general Mac Arthur, e, nêles firmados, diziam uma quantidade de coisas que, sem seu apoio, não teriam a coragem de dizer. O general se converteu em seu campeão.

A necessidade de escorar-se pode manifestar-se, também, no âmbito da aquisição de bens materiais. A compra de um grande automóvel faz com que a pessoa se sinta mais segura; o eu estufa. As mulheres compram vestidos e pagam três vezes o preço normal a fim de darem-se o gôsto de informar que fazem suas compras numa loja de nome famoso. Isso as faz sentirem-se superiores. Tal tendência se manifesta com força especial durante a época da adolescência, em que os heróis são idolatrados. O complexo de insegurança do adolescente leva-o a unir-se a uma pessoa que alcançou êxito, e dessa maneira aumenta o seu senso de dignidade pessoal.

Alguns indivíduos tratam de compensar sua falta de instrução lançando o epíteto de estúpido a todos os diplomados dos colégios. Quem tinha o desejo de ser médico mas fracassou, proclamará aos quatro ventos que nunca quis sê-lo, porque os médicos enterram os próprios erros. Quem não alcançou o título de uma profissão liberal, proclamará com aparente bom senso que a instrução su perior é perigosa, pois distancia da verdade os homens. Mostrar-se-á feliz por não haver-se "contaminado" e ter mantido inalterável a pureza de fé. Quem acalenta grande amor ao dinheiro, expressar-se-á com amargura acerca dos que possuem estabilidade financeira. Ele é feliz porque não vive para o dinheiro. O galã a quem uma bela senhora repudia, dirá que todas as mulheres belas são insensatas. Tais declarações revelam um método comum de engano próprio.

Outra maneira de enganar-se a si próprio con-

siste em amesquinhar as realizações do próximo. Se alguém não pode ser grande, tratará de reduzir tudo à sua própria estatura, a fim de que a vida se lhe torne suportável. Tais pessoas destroem as demais com seu louvor hipócrita. Estão sempre formulando perguntas que fazem surgir a dúvida na mente dos demais. "Como é possível que Fulano de Tal continue progredindo?" Se é boa a informação que apresenta, acrescenta uma observação negativa para solapar a reputação dessa pessoa. Sob o disfarce de interesse no progresso dos demais, tais pessoas andam de uma para outra parte minando a reputação daqueles que tratam de realizar uma obra digna na vida. É uma forma lastimosa de querer alcançar valor pessoal.

Uma dor de cabeça pode, amiúde, converter-se em uma escusa legítima para evasão a um compromisso social, pouco satisfatório. Homens e mulheres empregam várias doenças físicas para atrair sobre si a simpatia dos demais e evitar a realização de tarefas desagradáveis. Certo pai buscava persuadir as filhas a que fizessem determinado trabalho. Quando não estavam dispostas a aceder aos seus planos, ele se desesperava e caía ao chão, queixando-se de dor no coração. Imediatamente as filhas se submetiam aos desejos paternos, e as dores cardíacas pareciam desaparecer. Esse pai empregava uma doença física como meio de alcançar o que se propunha. Era uma burla, mas produzia-lhe resultados.

O débil tratará de fortalecer sua posição congraçando-se com o superior. Assim procederá porque não pode manter-se sobre seus próprios pés. É interessante observar quanta atenção atrai sobre si um ilustre desconhecido, quando lhe cabe em sorte um pôsto de influência. Prive-se, por outro lado, o homem da capacidade de ajudar outros a elevarem-se, e ver-se-á que imediatamente caem no esquecimento. Muitos homens empregam outros para subirem. Tais pessoas dizem, com efeito: "Se me submeto a uma pessoa que me pode ajudar a progredir, e com ela me congraço, alcançarei todos os fins que não posso alcançar por minha própria perícia e capacidade pessoal." Os débeis buscam postos para sentirem-se fortes; os fortes buscam somente o caráter. É legítimo o sermos respeitados por motivo do esforço honesto e das realizações nobres. É um vil engano próprio, porém, progredir por meio da submissão e bajulação. O chefe que não possui maturidade de caráter aprecia esta espécie de adulação e se rodeará de tais pessoas para amparar o seu vacilante senso de dignidade pessoal.

Algumas pessoas tratam de chamar a atenção fingindo humildade. Esta espécie de gente continuamente se rebaixa e menospreza os próprios esforços a fim de chamar a atenção. Dizem, com efeito: "Sou indigno. Não há aqui ninguém que o refute, por certo." Se faz alguma coisa perante o público, essa pessoa dirá: "Hoje não me saiu bem, não é assim?" Anda sempre à caça de um elogio. Esse menosprezo próprio não passa de um esforço para chamar a atenção. A figura trágica segue-se ao herói em seu esforço de chamar a atenção.

Algumas pessoas querem sempre ter a última palavra numa discussão. Se podem dominar a situação, sentir-se-ão isentas de ataques. Quando alguém pretende fazer alguma coisa fora do comum, as pessoas dominadoras empregam sua autoridade para fazê-lo desistir, para que não se produza uma

situação que lhes venha dificultar o domínio.

Outras pessoas débeis tratam de dominar sua ansiedade comendo demais. Outros se intoxicaram para evadir-se à realidade. A complacência na promiscuidade sexual é geralmente a maneira de escapar a um íntimo complexo de incapacidade.

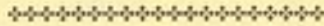
Também encontramos o palhaço que se ri mais alto quando mais ansioso se sente em determinada circunstância. A um advogado que foi consultar um psiquiatra para uma depressão mental, foi aconselhado que freqüentasse o circo para apreciar o palhaço. Respondeu o advogado que não tiraria proveito algum disso porque o palhaço era êle próprio. Quando eu era ainda criança cantava em voz alta ao passar a cavalo junto ao cemitério do povoado. O homem que é "a alma da festa" é, amiúde quem se sente mais inseguro, e sempre deve estar sob jactos de luz para chamar a atenção. Seu complexo de insegurança não lhe permitiria simplesmente formar parte do grupo; deve ser o astro da reunião.

O assobiar na escuridão é uma forma comum de engano próprio.

Em geral o extremista e o ateu tratam de chamar a atenção manifestando opiniões que, segundo pensam, produzirão comoção nos demais. Lembro-me de um rapaz dominado pelo sentimento de insegurança e a quem ninguém prestava atenção, o

qual sendo aluno de um colégio cristão, se tornou repentinamente ateu. Quando se chegou a saber o que era, converteu-se no centro da atração. Seu ateísmo deu resultado como meio de atrair a atenção. Os que adotam uma filosofia político-social extremista, amiúde o fazem porque estão dominados de um profundo complexo de inferioridade. Fracassaram em nossa sociedade, e esperam que, por meio de suas opiniões extremistas, conseguirão construir uma filosofia político-social adequada, e ao mesmo tempo lançam a culpa de seus fracassos a uma suposta falha na estrutura da sociedade em que vivem.

As pessoas prudentes tratam de eliminar todo engano próprio. Enfrentam a realidade. O neurótico está parcialmente cego no tocante a si próprio, ao passo que o enfermo mental é uma vítima total do engano próprio. Do ponto de vista da higiene mental correta, os homens devem adotar atitude de rigorosa honestidade privada. Reconhecer o egoísmo como egoísmo, a vaidade como vaidade, a concupiscência como concupiscência, a avareza como avareza, a culpa como culpa, não apenas nos demais, mas também em nós mesmos, ajudar-nos-á a proteger-nos do engano próprio. "Ser leais conosco mesmos, é uma frase adequada que constitui também uma boa regra de higiene mental."



O Anticristo na História e na Profecia - III

Por FRANK H. YOST

A Evolução do Papado (Continuação)

14. O Decreto de Justiniano

Coincidindo com a aniquilamento dos vândalos chegou uma carta do imperador Justiniano, dirigida ao papa João de Roma, em que o imperador teólogo formulava uma declaração de crenças ortodoxas que estava enviando a todos os bispos de sua jurisdição. Esse tratado de teologia foi esquecido há muito tempo, mas não a importante carta que o capeava, enviada ao papa João.

Este é o famoso *Decretum Justinianum*, familiar a todo evangelista e professor adventista, que estabelece que o papa é o único responsável árbitro de toda controvérsia religiosa que se produza na cristandade (1). Este decreto foi promulgado no ano 533 A. D., cinco anos antes da expulsão dos ostrogodos de Roma.

Não é necessário encontrar o começo do período dos 1.260 dias numa época indefinida entre os anos 533 e 538. Tempo houve em que se creu que o reconhecimento de Justiniano da supremacia eclesiástica do papado havia sido escrita no ano 538. A fixação de sua data precisa não anula o ano 538 como começo dos 1.260 anos. Algumas das datas em que o Império reconheceu a Igreja de Roma são 275, 445 e 533. As datas entre as quais foram destruídas as tribos arianas inimigas de Roma, situam-se entre 493 e 538. Os passos dados no

processo de eliminação das três pontas, e a elevação da "ponta pequena" à preeminência de potestade político-eclesiástica importante, são graduais. A data certa do começo da profecia pode ser fixada com exatidão no ano 538, especialmente devido a que a história provê o outro extremo do período profético e é uma data exata também, ou seja, 1798.

15. A Contribuição do Papa Gregório I

Quarenta anos depois do desaparecimento dos ostrogodos, ascendeu ao trono papal Gregório I, o Grande. Seu reinado desenvolveu-se nos catorze ativos anos que se estenderam entre 590 e 604. Os lombardos se haviam trasladado para a Itália e estavam ocupando o vácuo deixado pelos ostrogodos. Eram cristãos arianos quando entraram no Império, e não se preocupavam com os propósitos ou desejos do papado e do Império (2). Mas Gregório conseguiu introduzir entre eles o catolicismo romano, e mantê-los em cheque por meio de suas manobras políticas.

O interesse missionário de Gregório levou-o a enviar Agostinho à Inglaterra para implantar ali o catolicismo romano; tarefa que êle próprio teria de bom gosto assumido. Agostinho teve pouco êxito em sua missão, mas o catolicismo romano esten-

1. "Codex Justinianus," livro I, par. 1.

2. Hodgkin, *Opus Cit.*, Vol. V, págs. 151-173.

deu-se gradualmente, a partir do sul da Inglaterra, fazendo retroceder a decadente igreja celta. Os fracos reis anglosaxões da Inglaterra compreenderam que lhes convinha politicamente estar em boa harmonia com o continente. Respeitavam o poder da Igreja Romana. Gradualmente aceitaram os dogmas de Roma e a hegemonia dessa cidade em assuntos eclesiásticos (3). Quando o rei Northumbria, no concílio de Whitby, em 664, decidiu que se afiliaria à igreja cujo santo chefe, Pedro, a preside das portas do Céu, apartou-se da Igreja Celta; e desapareceu a última fortaleza política desta antiga forma de cristianismo (4). As obras de Gregório continuam sendo lidas, e sua influência se fez sentir na Europa ocidental, através dos anos, aliás decadentes, que se seguiram para o papado.

16. O Decreto do Imperador Focas

Alguna coisa se fez em favor do reconhecimento da ortodoxia papal e sua supremacia eclesiástica, graças ao imperador do oriente, o usurpador Focas. Deu-se o reconhecimento (5), e Roma se sentiu sumamente satisfeita, pois procedia da sede da grande rival de Roma, a Igreja Ortodoxa Oriental. Era um passo mais no engrandecimento público do papado. Os comentaristas do passado trataram de fixar essa data, o ano 606, como o começo dos 1.260 dias proféticos. Em realidade, tratar de que Constantinopla reconhecesse o senhorio de Roma, não tinha importância alguma no oriente, sendo, também, de muito pouco valor para Roma, no ocidente. Vale a pena, não obstante, mencionar este fato.

17. A Era Carlovingia

A época de Carlos Magno foi testemunha de uma recuperação do poder papal, embora sempre sob a égide dos reis de França. O papa Zacarias pediu a Pepino que destruísse os lombardos, que continuavam sendo inimigos potenciais do papado, na Itália (6). Em troca de que o nomeassem reis dos francos, Pepino atacou e venceu os lombardos, e entregou ao papado, como propriedade pontifícia, vastas regiões da Itália central. Este obséquio denominado a Doação de Pepino, assinala o começo da história dos Estados papais (7). O papa estava-se convertendo, efetivamente, em um chefe temporal. Os lombardos, entretanto, continuaram causando problemas ao papado, e foi tarefa do filho de Pepino, Carlos Magno, a sujeição completa dessas tribos. Realizado isto, acrescentou à sua coroa de rei dos francos, a de ferro, dos lombardos (8); e assim fundou o extenso Império Carlovingio. Talvez como reconhecimento pelos favores prestados por Carlos Magno ao papado, e indubitavelmente como um esforço da parte do papa para assumir alguma importância política perante Carlos Magno, ou por qualquer desses motivos, no dia de Ano Novo do ano 800, o papa Estêvão coroou Carlos Magno imperador do ocidente do Império Romano (9). Nenhum imperador havia governado o ocidente, desde o ano 476.

Esta foi a oportunidade do papado. Uma mulher governava em Constantinopla um império que desde a época de Justiniano pouco poderio exercera no ocidente. O antigo rival do papado, o patriarcado de Constantinopla, estava desgarrado pela controvérsia iconoclasta — a destruição das imagens nas igrejas. Julgou o papado ser prudente intervir na restauração do poder imperial do ocidente, embora este poder eclipsasse seu próprio poderio.

Talvez como compensação a este vigoroso embora nascente poder imperial, o papa empregou nesta época outro método de engrandecimento. Apareceu na época carlovingia um documento que pretendia ser uma doação do poder eclesiástico e político, feita ao papa por Constantino, virtualmente de todo o ocidente da Europa. Foi ela denominada a Doação de Constantino (10). Supunha-se que Constantino a houvesse promulgado quando mudou sua capital, de Roma para Constantinopla, no 331 A.D. A redação da Doação era tal que não haveria poder capaz de disputar legitimamente o domínio a Roma, negócio em que não pudesse imiscuir-se, nem território a respeito dos quais não tivesse algo oficial a dizer (11).

Lentamente, sem muito estardalhaço, este estranho documento, se converteu na base das pretensões, crescentes e agressivas do papado. Durante quase um milênio, estas pretensões, esgrimidas por clérigos astutos, de mentalidade política, fizeram do papado uma figura dominante no ocidente da Europa, somente em meados do século XV foi pôsto em foco o julgamento da Doação, e evidenciada sua natureza totalmente fictícia, por meio da bem sucedida aplicação de altos métodos críticos, por parte do espanhol Lourenço Valla, cuja habilidade constitui até hoje a admiração dos eruditos (12). Nesse documento é o papa chamado, por primeira vez, *Vicarius Filii Dei* (Vigário do Filho de Deus). Nessa expressão latina foi que os que identificam o papado com a bêsta de Apocalipse 13 acharam o número 666. O processo de interpretação é bem conhecido de todos.

V I C A R I V S F I L I I D E I
5+1+100 +1+5 1+50+1%1+ 500+1=666

Entre os que empregaram este método de identificação se encontram os adventistas (13). Não é questão de que se haja arranjado esse título para que dê o número 666, pois, com efeito, o dá, porque a objeção com base em que a palavra "filho" em latim se pronuncia *fili* e não *filiu* é explicada pela união das duas letras *i* finais. O fato é que a palavra latina completa é *filiu*; a raiz é a palavra *fili*; o segundo *i* constitui a desinência no caso genitivo singular. É correto empregar dois *i* na palavra *filiu*. Com efeito, os exemplares existentes da Doação apresentam esta maneira.

O problema, então, não consiste em que se pos-

3. Venerável Beda, "Ecclesiastical History of the English Nation," livro 2.
4. *Idem*, livro 3, cap. 25.
5. Thomas Oestreich, "Bonifácio III," "A Enciclopédia Católica," Vol. II, pág. 660.
6. Oman, "Dark Ages," op. cit., cap. 19.
7. Einhard, *Anais*, ad 751, em "Mon. Germ. Hist., Scriptores," Vol. I, pág. 137 ff; Duschene, "Liber Pontificalis," Vol. I, pág. 454; Oliver J. Thatcher e Edgar Holmes McNeal, "A Source Book for Medieval History," págs. 37, 38, 104 e 105. Para confirmação, feita pelo imperador Oton I em 962 A. D., de certos territórios dados ao papa, ver "Mon. Germ. Hist., Leges," Vol. IV, pág. 1, N.º 12; Thatcher e McNeal, *Opus Cit.*, págs. 115-118.
8. Oman, *Opus Cit.*, cap. 20.
9. "Annales Laureshamenses," cap. 34, em "Mon. Germ. Hist., Scriptores," Vol. I, pág. 38; F. H. Ogg, "A Source Book of Medieval History," págs. 132 e 133.
10. Ver Christoffer B. Coleman, "The Treatise of Lorenzo Valla on the Donation of Constantine."
11. *Idem*, págs. 12-19.
12. *Idem*, págs. 20-183.
13. Urias Smith, "The Profecias of Daniel and the Revelation," Vol. II, págs. 619-623.

sa encontrar o número 666 nesse título mas em como foi empregado no passado. É ele usado na falsa doação de Constantino; não é encontrado em nenhum documento anterior. Mas a legitimidade do título como pretensão papal não pode pôr-se em pauta de julgamento, porque a fórmula *Vicarius Christi* (Vigário de Cristo) é empregada muitas vezes referente ao papa. Inocêncio III fez dela um título oficial do papa (14). Quando este pretende ser o vigário de Cristo, pretende, também, naturalmente, ser o vigário do Filho de Deus. Faz ela parte das pretensões papais apresentadas na profecia, embora esta frase não seja encontrada em nenhum documento anterior a Carlos Magno, época em que surgiu a Doação de Constantino.

Qual tem sido o seu uso ulterior?

Na Idade Média, os primeiros anos de esforços feitos pelo papado a fim de codificar suas pretensões e dogmas, bem como os cânones próprios, e os dos concílios, estão representados por documentos infelizes, tais como os Decretos Pseudo-Isidorianos, de que faz parte a Doação de Constantino. Esta coleção é uma "fraude religiosa" perpetrada para aumentar o poderio do papado, e muitos de seus supostos decretos são fictícios, se não em sua base histórica, pelo menos em sua redação (15). Mas no século XII a obra da codificação foi empreendida novamente por Graciano, sacerdote italiano versado na Lei, e o resultado de seus árduos labores foi o famoso "Decretum" de Graciano.

Graciano foi pouco escrupuloso ao fazer esta compilação. Incluiu documentos tais como a Doação de Constantino, que os eruditos católicos romanos prefeririam hoje não estivessem no "Decretum". Esta obra nunca foi citada oficialmente como declaração autorizada da lei canônica da Igreja Católica, Romana. Mas se o uso significa alguma coisa, então ninguém pode impugnar com êxito que o "Decretum" de Graciano não haja exercido influência para fundamentar, e mesmo edificar o poder papal e católico romano. Foi ele citado constantemente através dos séculos. Foi e continua sendo usado nos seminários católico-romanos para a instrução dos futuros sacerdotes. Ninguém pode professar conhecer a história da lei canônica da Igreja Católica, Romana sem estar profundamente versado no "Decretum". Foi-lhe concedido na igreja o uso pleno conferido aos documentos oficiais.

No "Decretum Gratiani" a expressão *Vicarius Filii Dei* é usada uma única vez, como citação da Doação de Constantino. Mas não existe uma única edição do "Decretum" de que tenhamos notícia, em que esta expressão não apareça.

Ferrari, excelente enciclopedista jesuíta do século XVIII, cita esta expressão em sua "Prompta Bibliotheca" ou "Biblioteca Manual." No segundo artigo "Papa" (16), cita a Doação de Constantino tal como se encontra no "Decretum", reconhecendo desta maneira que o título pertence legitimamente ao papa.

Não é, porém, no latim, mas no inglês, que este título é mais comum. O cardeal Manning, da Igreja Anglicana, e convertido depois ao catolicismo romano, durante o movimento de Oxford de começos do século XIX, escreveu um livro cujo título é "The Temporal Sovereignty of the Popes" (A Soberania Temporal dos Papas). Nêle, seus argumentos para explicar o desenvolvimen-

to da soberania papal estão bem estruturados. Mostra quão lógico foi o desenvolvimento desta soberania e como, segundo ele, se produziu de acordo com a vontade de Deus. Em seus argumentos chama ao papa Vigário do Filho de Deus, em onze ocasiões diferentes (17). Não se pode dizer que esse livro expresse a opinião de um só homem. Quando os cardeais escrevem não necessitam do *imprimatur*. Como príncipes da igreja falam em nome dela.

Este, segundo se crê, é o alcance do emprêgo do título *Vicarius Filii Dei* para a Igreja Católica, Romana. Não tem havido provas de que este título haja aparecido em uma coroa papal. Não é usado no juramento da coroação do papa, mas aparece na literatura católica de ordem elevada e expressa exatamente a mesma idéia que o título *Vicarius Christi*, empregado com referência ao papa, numerosas vezes e oficialmente.

18. O Papa Gregório VII

O primeiro papa a fazer emprêgo franco dos princípios implicados na Doação de Constantino foi um homem grande aos próprios olhos e que, embora haja morrido no destêrro, foi um grande dirigente da Igreja Católica, Romana. Foi ele Gregório VII. Graças às atividades reformadoras do sistema monástico de Cluny (18) e à sinceridade de suas próprias normas eclesiásticas, levou a cabo reformas muito necessárias no seio da Igreja. Admoestou reis e, em Canosa, fez comparecer perante si, de joelhos, o jovem imperador Henrique IV, monarca que lhe pediu que o perdoasse e livrasse da desgraça da excomunhão (19). Sem dúvida Gregório foi o patrocinador e não o autor do famoso "Dictatus," em que estão contidas as pretensões mais avançadas já feitas pelo papado (20). Henrique III, pai e predecessor do imperador Henrique IV, tratara de reformar o papado por meio de uma ata imperial. Gregório VII assumiu a reforma, manteve-as nas mãos papais, e dedicou a vida à luta contra certos males especialmente políticos, que ele sentia que interferiam com o progresso da Igreja e com desenvolvimento do poder papal.

19. O Papa Inocêncio III

O papado chegou ao auge de sua glória durante o pontificado do orgulhoso e ambicioso papa Ino-

14. William H. W. Fanning, "Vicar of Christ," "The Catholic Encyclopedia," Vol. XV, pág. 403. Ver também "Profession of the Tridentine Faith," Vol. X, em Philip Schaff, "Creeds of Christendom," Vol. II, pág. 209. Para Tertuliano o "Vigário de Cristo" era o paráclito, o Espírito Santo. (Ver "On the Veiling of the Virgins," cp. 1, em PAN, Vol. IV, pág. 27.)
15. Auguste Boudinhon, "Decretales," "The Encyclopedia Britannica," (11^a ed.), Vol. VII, pág. 916.
16. Vol. VI, impresso em Roma, 1772, pág. 27.
17. Henry Edward Manning, "The Temporal Power of the Vicar of Jesus Christ," págs. 8, 13, 17, 21, 46, 141, 190, 231, 232 e 244.
18. J. P. Whitney, "The Reform of the Church," "The Cambridge Medieval History," Vol. V, págs. 1-50; A. H. Thompson, "The Monastic Orders," "The Cambridge Medieval History," Vol. V, págs. 658-696.
19. "Carta" de Gregório VII à nobreza germânica, em "Mon. Germ. Hist., Selected," Vol. III, págs. 33 e 34. Traduzido em Oga. Opus Cit. págs. 275 e 276. Ver "O Conflito dos Séculos," págs. 56-58.
20. Thatcher e McNeal, Opus Cit., págs. 136 e 139. Ver "O Conflito dos Séculos," págs. 56 e 57.

cência III (1198-1216). Fazer uma lista do que realizou para impor e fortalecer a autoridade do papado, implicaria virtualmente em escrever uma história do período central da Idade Média. Meia dezena de reis, na Europa, a ele se submeteram para render-lhe homenagem, sendo ele o mais conhecido João Ninguém da Inglaterra. A ascensão dos imperadores do Santo Império Romano Germânico estava sob seu domínio. Com sua aprovação, tácita os cruzados tomaram a cidade de Constantinopla, sede da Igreja Ortodoxa Oriental, tão odiada pela igreja de Roma (21). Suas contribuições teológicas culminaram no pronunciamento do Concílio de Latrão, em 1215, sobre o dogma da transubstanciação: que o pão e o vinho em sua natureza íntima, são realmente os próprios corpo e sangue de Cristo (22).

Foi o papa Inocêncio III quem autorizou a destruição dos cultos albigenses (23).

Depois de Inocêncio III o papado passou dias maus. Veio o cativo babilônio, quando os papas estiveram sob o jugo da coroa francesa em Avinhão (24). A isso se seguiu um mal pior, o grande cisma, quando houve dois e até três papas que pretendiam o título ao mesmo tempo (25). Aparentava que a autoridade governativa da Igreja Católica, Romana, encarnada no papa como cabeça única, houvesse estado por desaparecer, e que os bispos reunidos em concílio pudessem ser reconhecidos como os detentores da direção da Igreja. Mas o papado recuperou-se, e antes de que começasse a Reforma, havia reassumido sua elevada função.

20. O Concílio de Trento

Foi a Reforma que compeliu a Igreja Católica à cristalização de seus dogmas. Tomás de Aquino realizara este serviço em sua qualidade de teólogo (26), mas depois do Concílio de Trento (1547-1563) (27) surgiu uma igreja surpreendentemente limpa, cabalmente estabelecida, tendo a seu serviço, para realizar obra produtiva, um poderoso auxiliar: os jesuítas.

21. O Cativo do papa, em 1798

Duzentos anos mais tarde sobreveio a ferida mortal. (Apoc. 12:3, 12.) O papado nunca havia sido progressista nem tolerante no governo dos territórios sob seu domínio. O povo italiano estava cansado da opressão dos duques e papas. Quando os exércitos de França revolucionária entraram na Itália, com o rótulo de libertadores, muitos os receberam com alegria. O papado resistiu à intromissão dos exércitos franceses, e em 1798, o general Berthier destronou o papa Pio VI, privou-o dos Estados papais, e encerrou-o em prisão, onde faleceu (28). O papado foi privado do poder temporal.

A Concordata de 1801, firmada entre Napoleão e o papa, concedeu ao papado, em certa medida, uma restauração, mas em 1809 o papa se converteu em prisioneiro de Napoleão, e somente por ocasião de seu libertamento, em 1814, pôde regressar a Roma com todo o seu poder temporal restaurado.

Com a volta dos antigos regimes como reação às tendências republicanas da era napoleônica, produziu-se um reavivamento do papado, para o que muito contribuíram os ativos jesuítas, como uma força dinâmica da política européia.

22. O Desastre de 1870

O desastre sobreveio ao papado na última parte do século XIX, devido aos esforços dos italianos para reunir suas províncias dispersas num reino único da Itália. Durante uns vinte anos que poderíamos situar em meados do século, os estadistas patriotas trataram de conseguir a unificação do província italiana. Um após outro, os duques das cidades livres se submeteram ou a isso foram obrigados. Decidido a conservar os Estados papais, o papado foi o último a sucumbir. Em 1870, as tropas italianas ocuparam os Estados pontifícios, que desde então entraram a formar parte do reino da Itália. O papa foi privado de seu poder temporal; Roma, em lugar de ser uma cidade papal, converteu-se na capital política do reino da Itália; e o papa chegou a ser um prisioneiro voluntário no palácio do Vaticano, lamentando a perda dos Estados papais e de sua função de dirigente político.

23. A Atitude do Papado em Face do Desastre

Mas, durante esses mesmos dias, tão obscuros para o papado, porém tão brilhantes para os italianos que haviam sido libertados da opressão do jugo papal, foi que o papado exerceu uma de suas mais notáveis pretensões, o direito de proclamar dogmas.

a. A Imaculada Conceição

No dia 8 de dezembro de 1854, o papa Pio IX definiu como "de fé" o dogma da imaculada conceição da Virgem Maria. Começando com Duns Scot, filósofo celta do século XIII, durante centúrias havia sido mantido que Maria fôra concebida por Ana, sem pecado. Isso se tornou um dogma, cuja aceitação foi requerida dos fiéis há apenas um século:

"Visto que nunca deixamos, com humildade e jejum, de apresentar nossas orações e as da igreja a Deus Pai por intermédio de Seu Filho, para que Ele Se digne de dirigir e confirmar nossa opinião pelo poder do Espírito Santo, depois de implorar a proteção de toda a corte celestial, e depois de invocar de joelhos o Espírito Santo, o Paráclito, sob Sua inspiração pronunciamos, declaramos e definimos, para glória da Santa e Indivisível Trindade e honra e ornamento da Santa Virgem Mãe de Deus, para exaltação da fé católica e crescimento da religião cristã pela autoridade de nosso Senhor Jesus Cristo e dos bem-aventurados

21. E. F. Jacob, "Innocent III," *The Cambridge Medieval History*, Vol. VI, págs. 1-43.

22. A. H. Thompson, "Medieval Doctrine to the Lateran Council of 1215," *The Cambridge Medieval History*, Vol. VI, págs. 634 e 635.

23. E. F. Jacob, "Innocent III," *The Cambridge Medieval History*, Vol. VI, págs. 1-43; A. S. Tuberville, "Heresies and the Inquisition in the Middle Ages," c. 1000-1305. *The Cambridge Medieval History*, Vol. VI, págs. 690-726; Charles Henry Lea, "History of the Inquisition of the Middle Ages," Vol. I, cap. 4.

24. Alexander Clarence Flick, "The Decline of the Medieval Church," Vol. I, part. 1.

25. D. J. Jordan, "Inner History of the Great Schism,"; Flick, *Opus Cit.*, Vol. II, parte 2.

26. D. J. Kennedy, "Thomas de Aquino, Santo," *The Catholic Encyclopedia*, Vol. XIV, págs. 670-674.

27. J. P. Kirsch, "Trent, Council of," *The Catholic Encyclopedia*, Vol. XV, pág. 30 ff; Philip Schaff, "Creeds of Christendom," Vol. II, págs. 77-210.

28. Michael Ott, "Pio VI," *The Catholic Encyclopedia*, Vol. XII, págs. 131 e 132.

apóstolos São Pedro e São Paulo, e com base na nossa própria autoridade, que foi revelada por Deus a doutrina que sustém que a bem-aventurada Virgem Maria, desde o primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus todo-poderoso, e em vista dos méritos de Cristo Jesus o Salvador da humanidade, foi preservada livre de toda mancha de pecado do original, e [que esta doutrina] há de ser, portanto, firme e constantemente crida por todos os fiéis. Por conseguinte, se alguém presumisse pensar em seu coração de maneira outra que não a que definimos (o que Deus não permita), os tais devem saber e compreender cabalmente que são condenados por seu próprio julgamento, que naufragaram no que concerne à fé, que se apartaram da unidade da igreja e, além disso, que por êsse mesmo ato, se sujeitam às penas estabelecidas em lei, se, por palavra ou por escrito, ou por qualquer outro meio externo, se atreverem a manifestar o que pensam em seu coração.” (29)

b. O “Compêndio de Erros”

Exatamente dez anos mais tarde, o mesmo papa promulgou o “Compêndio de Erros,” um documento provavelmente tão reacionário no ambiente do seu tempo, como jamais outro qualquer foi promulgado por potestade alguma. Está sustido pela autoridade papal, se bem que não seja um decreto dogmático:

“O compêndio dos principais erros de nosso tempo, os quais estão estigmatizados nas alocuções consistoriais, as encíclicas e outras cartas apostólicas de nosso Santíssimo Senhor, o Papa Pio IX.

“I—PANTEÍSMO, NATURALISMO E RACIONALISMO ABSOLUTO.

“1. Não existe ser divino supremo, sapientíssimo e providentíssimo, separado do universo; Deus não é outra coisa que não a Natureza, e está, portanto, sujeito a mutação. Com efeito, Deus Se manifesta no homem e no mundo, e todas as coisas são de Deus e têm sua própria substância em Deus. Deus é, portanto, uma e a mesma coisa com o mundo, e daí que o espírito e a matéria, a necessidade e a liberdade, a verdade e a falsidade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça, sejam uma mesma coisa.

“2. Deve-se negar toda atuação divina sobre o homem e o mundo.

“3. A razão humana, sem depender de Deus, é o único árbitro da verdade e da falsidade, do bem e do mal; é a única lei para si mesma, e é suficiente, por sua força natural, para alcançar o bem-estar dos homens e das nações.

“Alocução Maxima quidem, 9 de junho de 1862.

“4. Todas as verdades da religião derivam da força negativa da razão humana; daí que a razão seja a regra mestra mediante a qual o homem pode e deve chegar ao conhecimento de todas as verdades, qualquer que seja a sua espécie.

“Encíclica de 9 de novembro de 1846. *Qui pluribus*.

“Encíclica de 17 de março de 1856, *Singulari quidem*.

“Alocução Maxima quidem de 9 de junho de 1862.

“5. A revelação divina é imperfeita e, portanto, sujeita a progresso contínuo e indefinido; correspondente ao progresso da razão humana.

“Encíclica de 9 de novembro de 1846, *Qui pluribus*.

“Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

“6. A fé cristã contradiz a razão humana; e a revelação divina não somente não beneficia, mas prejudica o aperfeiçoamento do homem.

“Encíclica de 9 de novembro de 1846, *Qui pluribus*.

“Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

“7. As profecias e os milagres apresentados e descritos nas Sagradas Escrituras são resultantes da imaginação de alguns poetas, e os mistérios da fé cristã são resultantes da investigação filosófica. Nos livros de ambos os Testamentos encontramos invenções míticas, e o próprio Jesus Cristo é um mito.

“Encíclica de 9 de novembro de 1846, *Qui pluribus*.

“Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

“II. RACIONALISMO MODERADO.

“8. Assim como a razão humana está no mesmo nível da religião, os assuntos teológicos devem ser tratados da mesma maneira que os filosóficos.

“Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de dezembro de 1854.

“9. Todos os dogmas da religião cristã são, sem exceção, objeto do conhecimento científico ou filosófico, e a razão humana, instruída somente pela história, é capaz de chegar, por sua própria natureza e princípios, ao verdadeiro conhecimento até dos dogmas mais abstrusos; sempre que êsses dogmas sejam propostos como matéria que esteja ao alcance da razão humana.

“Carta ad Archiep. Frising. *Gravissimas*, de 11 de dezembro de 1862.

“Ao mesmo, *Tuas libenter*, de 21 de dezembro de 1863.

“10. Da mesma maneira que o filósofo é uma coisa e a filosofia outra, aquele tem o direito e o dever de submeter-se à autoridade que haja reconhecido como verdadeira, mas não necessita nem deve submeter-se a nenhuma autoridade.

“Carta ad Archiep. Frising. *Gravissimas*, de 11 de dezembro de 1862.

“Ao mesmo, *Tuas libenter*, de 21 de dezembro de 1863.

“11. A igreja nunca deveria sentir animadversão à filosofia, mas tolerar os erros desta, deixando a ela própria o cuidado de corrigir-se.

“Carta ad Archiep. Frising. *Gravissimas*, de 11 de dezembro de 1862.

“12. Os decretos da sé apostólica e das congregações romanas dificultam o progresso da ciência.

“Carta ad Archiep. Frising. *Gravissimas*, de 21 de dezembro de 1863.

“13. Os métodos e princípios por cujo meio os antigos doutores escolásticos cultivavam a teologia, não preenchem os requisitos da época e os progressos da ciência.

“Carta ad Archiep. Frising. *Tuas libenter*, de 21 de dezembro de 1863.

29. Schaff, “*Creeeds of Christendom*,” Vol. II, págs. 211 e 212.

"14. A filosofia deve ser tratada sem ter em conta a revelação sobrenatural.

"*Carta ad Archiep. Frising. Tuas libenter, de 21 de dezembro de 1863.*

"N. B. — Ao sistema racionalista pertencem em grande parte os erros de Antônio Günther, condenado na carta do cardeal arcebispo de Colônia, *Excimiam tuam*, de 15 de junho de 1857, e na do bispo de Breslau, *Dolore haud mediocri*, de 30 de abril de 1860.

"III. O INDIFFERENTISMO E A ATITUDE DOS LATITUDINÁRIOS.

"15. Todo homem dirigido pela luz da razão tem a liberdade de professar e abraçar a religião que creia verdadeira.

"*Carta apostólica, Multiplices inter, de 10 de junho de 1851.*

"*Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.*

"16. O homem pode encontrar e obter em qualquer religião o caminho da salvação eterna.

"*Carta encíclica, de 9 de novembro de 1846, Qui pluribus.*

"*Alocução Ubi primum, de 17 de dezembro de 1847.*

"*Carta encíclica de 17 de março de 1856, Singulari quidem.*

"17. Podemos admitir pelo menos uma bem fundada esperança de que todos os que de alguma maneira estão na verdadeira igreja de Cristo, alcançarão a salvação eterna.

"*Alocução Singulari quadam, de 9 de dezembro de 1854.*

"*Carta encíclica. Quanto conficiamur, de 17 de agosto de 1863.*

"18. O Protestantismo não passa de outra forma da mesma verdadeira religião cristã, em que é possível agradar a Deus tão bem quanto na Igreja Católica.

"*Carta encíclica Noscitis et Nobiscum, de 8 de dezembro de 1849.*

"IV. SOCIALISMO, COMUNISMO, SOCIEDADES SECRETAS, SOCIEDADES BÍBLICAS, SOCIEDADES LIBERAIS.

"As pestes deste gênero são frequentemente condenadas nos termos mais severos nas encíclicas *Qui pluribus*, de 9 de novembro de 1846; na alocução *Quibus quantisque*, de 20 de abril de 1849; na encíclica *Noscitis et Nobiscum*, de 8 de dezembro de 1849; na alocução *Singulari quadam*, de 9 de dezembro de 1854; na encíclica *Quanto conficiamur moerore*, de 10 de agosto de 1863.

"V. ERROS CONCERNENTES A IGREJA E A SEUS DIREITOS.

"19. A igreja não é uma sociedade verdadeira perfeita e inteiramente livre, nem goza de direitos peculiares e perpétuos conferidos por seu Divino Fundador, mas compete ao poder civil decidir quais são os direitos e as limitações dentro dos quais a igreja pode exercer autoridade.

"*Alocução Singulari quadam, de 9 de dezembro de 1854.*

"*Alocução Multis gravibusque, de 17 de dezembro de 1860.*

"*Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.*

"20. O poder eclesiástico não deve exercer sua autoridade sem a permissão e o assentimento do governo civil.

"*Alocução Meminit unusquisque, de 30 de setembro de 1861.*

"21. A igreja não tem a autoridade de definir dogmáticamente que a religião da Igreja Católica é a única verdadeira.

"*Carta apostólica Multiplices inter, de 10 de junho de 1851.*

"22. As obrigações que unem os mestres e autores católicos, aplicam-se somente às coisas que são propostas para a crença universal como dogmas de fé, pelo infalível julgamento da Igreja.

"*Carta ad Archiep. Frising. Tuas libenter, de 21 de dezembro de 1863.*

"23. Os pontífices romanos e os concílios ecumênicos excederam os limites de sua autoridade e cometeram erros ao definir assuntos de fé e moral.

"*Carta apostólica Multiplices inter, de 10 de junho de 1851.*

"24. A igreja não tem o direito de impor-se pela força, nem de recorrer direta ou indiretamente ao poder temporal.

"*Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.*

"25. Além da autoridade inerente ao apiscopado, concede-se-lhe outro poder temporal por meio da autoridade civil, quer expressa quer tácitamente, cujo poder é a este respeito revogável também pela autoridade civil quando a esta convenha.

"*Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.*

"26. A igreja não tem o direito inerente e legítimo de aquisição e possessão.

"*Alocução Nunquam fore, de 15 de dezembro de 1855.*

"*Cartas encíclicas Incredibili, de 17 de setembro de 1863.*

"27. Os ministros da igreja e o pontífice romano, devem ser excluídos absolutamente de todo cargo e domínio nos assuntos temporais.

"*Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.*

"28. Os bispos não têm o direito de promulgar suas cartas apostólicas, sem a permissão do governo.

"*Alocução Nunquam fore, de 15 de dezembro de 1856.*

"29. As dispensas concedidas pelo pontífice romano deveriam ser consideradas nulas, a menos que tenham sido solicitadas pelo governo civil.

"*Alocução Nunquam fore, de 15 de dezembro de 1856.*

"30. A imunidade da igreja e das pessoas eclesiásticas deriva em sua origem do poder civil.

"*Carta apostólica Multiplices inter, de 10 de junho de 1851.*

"31. Os tribunais eclesiásticos que tratam dos assuntos temporais do clero, quer sejam civis quer criminais, deveriam ser abolidos por todos os meios, sejam eles sem a anuência da santa sé, ou contra seu protesto.

"*Alocução Acerbissimum, de 27 de setembro de 1852.*

"*Alocução Nunquam fore, de 15 de dezembro de 1856.*

"32. A imunidade pessoal que libera o clero do serviço militar deve ser abolida, sem que isso

implique em violação do direito natural ou da equidade. Sua abolição a requer o progresso civil, especialmente em uma sociedade constituída com base em princípios liberais de governo.

"Carta do arcebispo de Montreal, Singularis nobisque, de 29 de setembro de 1864.

"33. Não lhe corresponde exclusivamente a jurisdição eclesiástica, quer seja por direito próprio quer inerente, a direção no ensino dos temas teológicos.

"Carta ad Archiep. Frising. Tuas libenter, de 21 de dezembro de 1863.

"34. O ensino dos que comparam o soberano pontífice a um soberano livre que atua na igreja universal, é uma doutrina que prevaleceu na Idade Média.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"35. Não deveria haver obstáculo à sentença de um concílio geral, nem para o voto de todos os povos do universo, no sentido de transferir a soberania pontifícia do bispo da cidade de Roma para qualquer outro bispo e a qualquer outra cidade.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"36. A decisão de um concílio nacional não deveria admitir nenhuma discussão subsequente, e o poder civil deveria considerar concluído um assunto decidido por êsse concílio nacional.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"37. Deveriam ser fundadas igrejas nacionais, depois de haverem sido separadas definitivamente do pontífice romano.

"Alocução Multis gravibusque, de 17 de dezembro de 1860 .

"Alocução lamdudum cernimus, de 18 de março de 1861.

"38. Os pontífices romanos contribuíram com seu procedimento demasiado arbitrário, para a divisão da igreja em ocidental e oriental.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"VI. ERROS RELACIONADOS COM A SOCIEDADE CIVIL, CONSIDERADOS EM SUA ESSÊNCIA E EM SUA RELAÇÃO PARA COM A IGREJA.

"39. A comunidade é a origem e a fonte de todos os direitos, e possui-os ilimitados.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"40. O ensino da igreja católica opõe-se ao bem-estar e ao interesse da sociedade.

"Carta encíclica Qui pluribus, de 9 de novembro de 1846.

"Alocução Quibus quantisque, de 20 de abril de 1849.

"41. O poder civil, ainda que exercido por um soberano incrédulo, possui poder indireto e negativo sobre os assuntos religiosos. Portanto, não somente possui o direito chamado *exequatur*, mas o (assim chamado) *appellatio ab abusu*.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"42. No caso de que as leis dos poderes entrem em conflito, a civil deveria prevalecer.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"43. O poder civil tem o direito de quebrantar e declarar nulas as convenções (comumente chamadas *concordatas*) concluídas com a sé apostólica, relativas ao uso de direitos que se referem à imunidade eclesiástica, sem o consentimento da santa sé, e mesmo contra a sua autoridade.

"Alocução In Consistoriali, de 1º de novembro de 1850.

"Alocução Multis gravibusque, de 17 de dezembro de 1860.

"44. A autoridade civil pode intervir em assuntos relativos à religião, à moral e ao governo espiritual. Daí que tenha controle sobre as instruções que para a orientação das consciências promulguem, em conformidade com sua missão, os pastores da igreja. Além disso, possui autoridade para promulgar decretos, tanto em assuntos relativos à administração dos sacramentos divinos, como às disposições necessárias para a sua recepção.

"Alocução In Consistoriali, de 1º de novembro de 1850.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"45. A direção total da escolas públicas, em que é instruída a juventude dos países cristãos, exceto (até certo ponto) o caso dos seminários episcopais, pode e deve pertencer ao poder civil; e em tal grau, que não se deve reconhecer outra autoridade com direito algum a intervir na disciplina das escolas, nos planos de estudo, nas colações de grau, ou na escolha e aprovação dos professores.

"Alocução In Consistoriali, de 1º de novembro de 1850.

"Alocução Quibus luctuosissimis, de 5 de setembro de 1851.

"46. Muito mais: mesmo nos seminários clericais, os métodos de estudos a adotar-se estarão sujeitos à autoridade civil.

"Alocução Nunquam fore, de 15 de dezembro de 1856.

"47. A melhor teoria da sociedade civil requer que as escolas públicas abertas para as crianças de todas as classes, e, geralmente, todas as instituições públicas em que se espera seja ministrada instrução quanto à filosofia e letras, e se dirija a instrução dos jovens, devam estar livres de toda a autoridade, direção e interferência eclesiástica, e plenamente submetidas ao poder civil e político, em conformidade com a vontade dos dirigentes e com a opinião predominante da época.

"Carta ao arcebispo de Friburgo, Quum non sine, de 14 de julho de 1864.

"48. O sistema de instrução juvenil, que consiste em separá-los da fé católica e da autoridade da igreja, e ensinar-lhes exclusivamente ou pelo menos primariamente o conhecimento das coisas naturais e os fins terrenos da vida social, deve ser aprovado pelos católicos.

"Carta ao arcebispo de Friburgo, Quum non sine, de 14 de julho de 1864.

"49. O poder civil tem o direito de impedir que os ministros da religião e os fiéis se comuniquem livre e mutuamente um com outro e com o pontífice romano.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"50. A autoridade secular possui, como atribuição inerente, o direito de nomear bispos, e pode requerer deles que tomem posse de sua diocese antes

de haverem recebido a instituição canônica e as cartas apostólicas da santa fé.

"Alocução Nunquam fore, de 15 de dezembro de 1856.

"51. E, também, o governo secular tem o direito de depor de suas funções pastorais os bispos, e não está obrigado a obedecer ao pontífice romano nas coisas que se referem às sedes episcopais e à nomeação dos bispos.

"Carta apostólica Multiplices inter, de 10 de junho de 1851.

"Alocução Acerbissimum, de 27 de setembro de 1852.

"52. O governo tem de si mesmo o direito de alterar a idade prescrita pela igreja para as pessoas que desejam ingressar na religião, tanto homens como mulheres, e pode obrigar todos os estabelecimentos religiosos a não admitirem ninguém aos votos sagrados sem sua permissão.

"Alocução Nunquam fore, de 15 de setembro de 1856.

"53. As leis promulgadas para a proteção dos estabelecimentos religiosos, e a segurança de seus direitos e deveres, devem ser abolidas. Ainda mais, o governo civil pode prestar seu apoio a todos quantos queiram abandonar a vida religiosa que empreenderam e anular seus votos. O governo pode suprimir também as ordens religiosas, as igrejas-colégios, e os simples benefícios, mesmo os que pertencem a patronatos privados, e pode submeter seus bens e rendas a administração e disposição do poder civil.

"Alocução Acerbissimum, de 27 de setembro de 1852.

"Alocução Probe meminertis, de 22 de junho de 1855.

"Alocução Cum soepe, de 26 de junho de 1855.

"54. Os reis e príncipes não somente estão isentos da jurisdição da igreja, mas são superiores a esta em todo assunto de litígio que ocorra em sua jurisdição.

"Carta apostólica Multiplices inter, de 10 de junho de 1851.

"55. A Igreja deveria estar separada do Estado, e o Estado da Igreja.

"Alocução Acerbissimum, de 27 de setembro de 1852.

VII. ERROS RELATIVOS À ÉTICA NATURAL E CRISTÃ.

"56. As leis morais não estão sujeitas à sanção divina, e não há necessidade de que as leis humanas devam conformar-se com a lei natural, nem receber a sanção de Deus.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"57. O conhecimento das coisas relativas à filosofia e à moral, bem como às leis civis, pode e deve apartar-se da autoridade divina e eclesiástica.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"58. Não devem ser reconhecidas outras forças além das que residem na matéria; e todo ensino e excelência moral deveria consistir na acumulação, por todos os meios possível, de maiores riquezas, e no gozo dos prazeres.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"Carta encíclica Quanto conficiamur, de 10 de agosto de 1863.

"59. O direito consiste nos fatos materiais, e todos os deveres humanos não passam de palavras vãs, e todos os atos humanos têm a força do direito.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"60. A autoridade não é mais do que o resultado da superioridade numérica e da força natural.

"Alocução Maxima quidem, de 9 de junho de 1862.

"61. Um ato injusto, se tem êxito, não inflige nenhuma injúria à santidade do direito.

"Alocução Iam dudum cernimus, de 18 de março de 1861.

"62. Deveriam ser proclamados os princípios da não intervenção, como são chamados, e a eles deveríamos aderir.

"Alocução Novos et ante, de 28 de setembro de 1860.

"63. É permissível recusar obediência aos príncipes legítimos; ainda mais, é permissível levantar-se em insurreição contra eles.

"Carta encíclica Qui pluribus, de 9 de novembro de 1846.

"Alocução Quisque vestrum, de 4 de outubro de 1847.

"Carta encíclica Noscitis et nobiscum, de 8 de dezembro de 1849.

"Carta apostólica Cum catholica, de 26 de março de 1860.

"64. A violação de um voto sagrado, e até os atos mais malvados e iníquos, que repugnam à lei eterna, não são condenáveis, senão perfeitamente legais e dignos de mais elevado louvor, quando praticados por amor à pátria.

"Alocução Quibus quantisque, de 20 de abril de 1849.

VIII. ERROS RELATIVOS AO MATRIMÔNIO CRISTÃO.

"65. Não é possível tolerar, de maneira alguma, a tese de que Cristo elevou o matrimônio à dignidade de sacramento.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"66. O sacramento do matrimônio é somente um apêndice do contrato matrimonial e, por isso mesmo, pode ser separado perfeitamente dele. O sacramento, em si mesmo, em nada mais consiste que na bênção nupcial.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"67. De acordo com a lei natural, o vínculo matrimonial não é indissolúvel, e em muitos casos o divórcio, apropriadamente assim chamado, pode ser pronunciado pela autoridade civil.

"Carta apostólica Ad apostolicae, de 22 de agosto de 1851.

"Alocução Acerbissimum, de 27 de setembro de 1852.

"68. A igreja não tem autoridade para estabelecer impedimentos ao matrimônio. A autoridade civil sim, possui essa autoridade, e pode relevar os impedimentos que existam para o matrimônio.

"Carta apostólica Multiplices inter, de 10 de junho de 1851.

"69. A igreja só em épocas ulteriores começou a apresentar impedimentos para o matrimônio, e fez uso, neste caso, de direitos que não lhe pertenciam, pôsto que os tomou do poder civil.

"Carta apostólica *Ad apostolicae*, de 22 de agosto de 1851.

"70. Os cânones do concílio de Trento, que pronunciam censura de anátema contra quem nega à igreja o direito de estabelecer impedimentos dirimentes, ou não são dogmáticos, ou devem ser compreendidos como referentes somente a tal poder usurpado.

"Carta apostólica *Ad apostolicae*, de 22 de agosto de 1851.

"71. A forma de solenizar o matrimônio prescrita por êsse concílio, sob pena de nulidade, não se aplica aos casos em que a lei civil não estabeleceu que se faça de outro modo, e onde decreta que esta nova forma deva ser realizada para validade do matrimônio.

"Carta apostólica *Ad apostolicae*, de 22 de agosto de 1851.

"72. Bonifácio VIII é o primeiro a declarar que o voto de castidade pronunciado por ocasião da ordenação, anula o matrimônio.

"Carta apostólica *Ad apostolicae*, de 22 de agosto de 1851.

"73. O mero contrato civil pode, entre os cristãos, constituir um verdadeiro matrimônio; e é falso que o matrimônio contraído entre cristãos é sempre um sacramento, ou que o contrato seja nulo se o sacramento fôr excluído.

"Carta apostólica *Ad apostolicae*, de 22 de agosto de 1851.

"Carta ao rei da Sardenha, de 9 de setembro de 1852.

"Alocução *Acerbissimum*, de 27 de setembro de 1852.

"Alocução *Multis gravibusque*, de 17 de dezembro de 1860.

"74. As causas matrimoniais e os esponsais pertencem, em virtude de sua própria natureza, à jurisdição civil.

"Carta apostólica *Ad apostolicae*, de 22 de agosto de 1851.

"Alocução *Acerbissimum*, de 27 de setembro de 1852.

"N. B. — Outros dois erros propendem para esta direção: Os que se referem à abolição do celibato dos sacerdotes, e à preferência devida ao estado do matrimônio sobre o da virgindade. Êstes foram prescritos; o primeiro, na encíclica *Qui pluribus*, de 9 de novembro de 1846; e a segunda, na carta apostólica *Multiplices inter*, de 10 de junho de 1851.

"IX. ERROS RELATIVOS AO PODER CIVIL E AO SOBERANO PONTIFICE.

"75. Os filhos da igreja cristã e católica não estão de acôrdo quanto à compatibilidade do poder temporal com o espiritual.

"Carta apostólica *Ad apostolicae*, de 22 de agosto de 1851.

"76. A abolição do poder temporal, de que está invésida a santa sé, contribuiria, na maior medida que seja dado conceber, para a liberdade e prosperidade da igreja.

"Alocução *Quibus quantisque*, de 20 de abril de 1849.

"N. B. — Além destes erros, explicitamente apontados, muitos outros há implicados, refutados pela doutrina proposta, que devem sustentar muito firmemente todos os católicos, no tocante à soberania temporal do pontífice romano. Estas doutrinas estão claramente estabelecidas nas alocuções *Quibus quantisque*, de 20 de abril de 1849, e *Si semper antea*, de 20 de maio de 1850; na carta apostólica *Quum Catholica Ecclesia*, de 26 de março de 1860; nas alocuções *Novos*, de 28 de setembro de 1860; *Imdudum*, de 18 de março de 1861, e *Maxima quidem*, de 9 de junho de 1862.

"X. ERROS QUE SE REFEREM AO LIBERALISMO MODERNO.

"78 (sic). Na atualidade não é obrigatório que a religião católica seja sustida como a única religião do Estado, com exclusão de toda outra forma de culto.

"Alocução *Nemo vestrum*, de 26 de julho de 1855.

"78. Quando prudentemente previsto pela lei, em alguns países chamados católicos, as pessoas que passam a residir dentro de seus limites gozarão do rito público de seu próprio culto.

"Alocução *Acerbissimum*, de 27 de setembro de 1852.

"79. Além disso, é falso que a liberdade civil para qualquer forma de culto, e a plena autoridade concedida a todos de manifestar aberta e publicamente suas opiniões e idéias, de qualquer espécie que elas sejam, conduz mais facilmente a corromper a moral e a mente das pessoas, que a propagação da peste da indiferença.

"Alocução *Nunquam fore*, de 15 de setembro de 1856.

"80. O pontífice romano pode e deve reconciliar-se com o progresso, o liberalismo e a civilização introduzidos ultimamente, e estar em conformidade com tudo isso.

"Alocução *Imdudum cernimus*, de 18 de março de 1861 (30).

c. A Infalibilidade Papal

Em 18 de julho de 1870, o Concílio do Vaticano, controlado pelos jesuítas, enunciou o dogma da infalibilidade do papa, em qualquer pronunciamento feito *ex cathedra*, em assuntos relacionados com a fé e a moral. Sempre se havia pressentido que a igreja era infalível. Durante muito tempo se admitira generalizadamente que o papa era infalível. Em 1870, êsse sentir chegou a ser um dogma da igreja:

"O que Concerne à Infalibilidade do Pontífice Romano.

"Além disso, que a suprema autoridade de ensinar está também incluída no primado apostólico, que o pontífice romano, como sucessor de Pedro, príncipe dos apóstolos, possui sobre toda a igreja, esta santa sé sempre o susteve, a prática perpétua da igreja o confirma, e os concílios ecumênicos também o têm declarado, especialmente os em que se uniram o oriente e o ocidente no tocante à fé e à caridade. Porque os Padres do Quarto Concílio de Constantinopla, seguindo as pegadas dos predecessores, promulgaram esta solene sentença: A primeira condição da salvação consiste em

30. *Idem*, págs. 213-233.

guardar a regra da verdadeira fé. E porque a sentença de nosso Senhor Jesus Cristo não pode ser desprezada, quando diz: 'Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a Minha igreja' [S. Mat. 18:18], estas coisas que dissemos foram aprovadas pelos acontecimentos, porque na sé apostólica, a religião católica e sua santa e bem conhecida doutrina sempre foram mantidas incontaminadas. Desejosos, portanto, de não separar no mínimo grau que seja a fé e doutrina desta sé, esperamos poder estar na única comunhão, que a santa sé predica, na qual está a completa e verdadeira solidez da religião cristã. [Da Fórmula de Santo Homisdas, subscrita pelos Padres do Oitavo Concílio Geral (Quarto de Constantinopla), celebrado em 869 A.D. (Labbé, "Concípios," Vol. V, págs. 583 e 622.)] E, com a aprovação do Segundo Concílio de Lião, os gregos professaram que a Santa Igreja Romana goza da suprema primazia e preeminência sobre toda a Igreja Católica, a qual é verdadeira e humildemente reconhecida como quem a recebeu com a plenitude do poder do próprio Senhor na pessoa do bem-aventurado São Pedro, Príncipe ou Cabeça dos Apóstolos, cujo sucessor é o pontífice romano; e assim como a sé apostólica está perante todos os demais obrigada a defender a verdade da fé, também, se surge alguma questão relativa à fé, deve ser definida por seu julgamento. [Das Atas do XIV Concílio Geral (Segundo de Lião), celebrado em 1274 A.D.] (Labbé, Vol. XIV, pág. 512.)] Finalmente, o concílio de Florença definiu: [Das atas do XVII Concílio Geral celebrado em 1438 A.D. (Labbé, Vol. XVIII, pág. 526.)] Que o pontífice romano é o verdadeiro Vigário de Cristo, e cabeça de toda a igreja, e o pai e mestre de todos os cristãos; e que a ele por meio do bem-aventurado São Pedro, lhe foi entregue por nosso Senhor Jesus Cristo o pleno poder de alimentar, dirigir e governar toda a igreja. [S. João 21:15-17.]

"A fim de cumprir este dever pastoral, nossos predecessores fizeram esforços incansáveis para que a saudável doutrina de Cristo pudesse ser propagada entre todas as nações da Terra, e com igual cuidado vigiaram para que pudesse manter-se genuína e pura onde quer que a recebessem. Portanto, os bispos de todo o mundo, reunidos agora em sínodo, de acordo com o costume amplamente estabelecido pelas igrejas [de uma carta de São Cirilo de Alexandria, ao papa São Celestino I, do ano 422 A.D. (Vol. 9, par. 2, ano 36, ed. de Paris, do ano 1638)] e a forma de antiga regra [(de um escrito de Santo Inocêncio I ao concílio de Milevis, 402 A.D. (Labbé, Vol. III, pág. 47)], enviaram palavra a esta sé apostólica, especialmente quanto aos perigos que surgiram em assuntos de fé. Que ali as perdas da fé podem ser mais efetivamente reparadas quando a fé não falha. [De uma carta de São Bernardo ao Papa Inocêncio II, de 1130 (Epístola 191, Vol. 4, pág. 433, ed. de Paris de 1742).] e os pontífices romanos, em conformidade com as exigências das épocas e as circunstâncias, às vezes reuniram concílios ecumênicos, ou auscultaram a opinião da igreja disseminada em todo o mundo, às vezes por meio de sínodos particulares, outras, usando outros auxiliares que supriram a divina providência, definiram que deveriam manter-se aquelas coisas que, com a ajuda de Deus, haviam reconhecido estarem em confor-

midade com as Sagradas Escrituras e a tradição apostólica. Porque o Espírito Santo não foi prometido aos sucessores de Pedro, para que sua revelação pudesse dar a conhecer novas doutrinas, mas para, por meio de sua ajuda, poder manter inviolável e fielmente exposta a revelação ou depósito de fé entregue por meio dos apóstolos. E como, por certo, todos os veneráveis padres abraçaram e todos os santos doutores ortodoxos têm venerado e seguido sua doutrina apostólica: sabendo muito plenamente que esta sé de São Pedro permanece sempre livre de toda mancha de erro, segundo a divina promessa que nosso Salvador fez ao príncipe dos discípulos 'roguei por ti para que a tua fé não desfaleça; e tu, quando te converteres, confirma teus irmãos.' [S. Luc. 22:32. Ver também as Atas do VI Concílio Geral, celebrado em 680 A.D. (Labbé, Vol. VII, pág. 659).]

"Este dom, pois, de fé verdadeira e nunca vacilante, concedido pelo Céu a São Pedro e a seus sucessores nesta cadeira, para que pudessem cumprir seu elevado ministério em prol da salvação de todos, para que toda a grei de Cristo, apartada do alimento venenoso do erro, pudesse ser nutrida pelos pastos da doutrina celestial; para evitar toda ocasião de cisma, para que toda a igreja se mantivesse unida e assentada sobre seu fundamento, permanecesse firme contra as portas do inferno.

"Mas posto que nessa mesma época, em que a eficácia saudável do ministério apostólico é o de que mais se necessita, encontram-se não poucos que se apartaram de sua autoridade, julgamos por tudo necessário afirmar solenemente a prerrogativa que o Filho Unigênito de Deus nos outorgou para que a exercêssemos junto com o supremo ministério pastoral.

"Portanto, apegando-nos fielmente à tradição recebida desde o começo da fé cristã, para glória de Deus nosso Salvador, exaltação da religião Católica e salvação do povo cristão, com a aprovação do sagrado concílio, ensinamos o definimos que é dogma divinamente revelado que o pontífice romano, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando no desempenho de seu ministério de pastor e mestre de todos os cristãos, em virtude de sua suprema autoridade apostólica, define uma doutrina atinente à fé ou à moral que deve ser mantida pela igreja universal, graças à divina ajuda prometida ao bem-aventurado São Pedro, está possuído da infalibilidade com que o divino Redentor quis que Sua igreja estivesse dotada para definir doutrinas atinentes à fé ou à moral. Portanto, tais definições do pontífice romano são irrefragáveis [de acordo com as palavras empregadas pelo papa Nicolau I, nota 13, e o sínodo de Quedlimburgo, celebrado em 1085 A.D.: 'A ninguém é permitido revisar nem firmar julgamento sobre o que ele julgou.' (Labbé, Vol. IX, pág. 678)], por si mesmas, e não de acordo com o assentimento da igreja.

"E se alguém, o que não queira Deus, presume contradizer esta definição: seja anátema.

"Dado em Roma, em sessão solene e pública celebrada na basílica do Vaticano, no ano de Nosso Senhor 1870, em 3 de julho do ano 25 de nosso pontificado." (31)

A oposição ao dogma da infalibilidade foi forte durante o Concílio e depois, quando se tornou

31. *Ibidem*, págs. 266-271.

obrigatória a sua proclamação. Os bispos, não obstante, com notável zelo, submetem-se às necessidades eclesiásticas de sua situação. Nenhum deles se opôs a esta medida até ao ponto de ser excomungado. Até o bispo Hefele, historiador dos concílios eclesiásticos, submeteu-se em abril de 1871. Resistiram, porém, a este decreto papal, especialmente na Alemanha, numerosos eruditos, entre os quais se encontram Döllinger, que foi excomungado em 1871. Outros dissidentes se lhe uniram para formar o grupo de católicos tradicionais, que muito teve que ver com o movimento denominado Kulturkampf, de fins do século XIX, na Alemanha. O historiador Lord Acton foi, na Inglaterra, notável opositor católico ao dogma da infalibilidade.

24. A Cura da Ferida

O papa Pio IX morreu em 1878 em circunstâncias em que os assuntos de índole internacional do papado se encontravam em confusão, e as relações com os governos da Europa em muitos casos eram menos que cordiais. O novo reino da Itália vigiava a política papal. O novo império germânico de Bismarck dizia: "Não iremos a Canosa." A França era uma República constituída depois do colapso do governo de Napoleão III, e estava tão pouco disposta a sustentar o papado como o estivera Napoleão. O congresso dos Estados Unidos recusou, em 1867, votar os fundos para manter sua embaixada que, durante 21 anos, fôra mantida nos Estados papais, abstenção que foi mantida até 1940.

Lentamente o papado recuperou sua dignidade internacional e sua influência. A imigração aumentou grandemente o número de católicos, romanos nos Estados Unidos, particularmente nas cidades, e este país converteu-se numa das mais importantes fontes de rendas do papado. A influência política de Roma melhorou em outros países durante os primeiros anos do século XX. Quando, em 1939, estalou a segunda guerra mundial, esta conflagração pôs os países católicos, romanos, em situação de beligerância e em campos opostos das frentes de batalha. Nessas circunstâncias o papado pôde manter posição de neutralidade sem sacrificar sua eficiência ao tratar os problemas que essa situação produzia.

O período que se seguiu à primeira guerra mundial, por sua parte, viu o alastramento do socialismo na Europa, o colapso dos reinos e o crescimento dessa intransigência anticlerical que, sob os nomes de "modernismo" e "liberalismo", os papas haviam condenado tão francamente durante o século XIX. Em França e na Itália pouca atenção era dispensada ao papa. A Polônia, país muito católico, estava muito preocupada com os problemas que lhe criava sua condição de nação nova, e a católica Checoslováquia organizou o que chegou a ser virtualmente uma Igreja Católica nacional. A Áustria e a Hungria foram pouco menos difíceis para o papado.

Logo que o governo facista de Mussolini tomou as rédeas do governo na Itália, em 1922, o problema do papado converteu-se em um problema muito específico e real. No que concernia à autoridade dos bispos, o controle dos matrimônios, da juventude, da educação, o papado e o governo facista pareciam irreconciliáveis. Quem estudou as relações que se estabeleceram entre os dois poderes,

tece seus argumentos sobre ambos os extremos do problema, e se pergunta se Mussolini e o papa foram inimigos perpétuos ou aliados secretos. Provavelmente foram de tempo em tempo uma e outra coisas, ou uma ou outra, segundo o ditaram as circunstâncias.

O que é sabido com certeza é que firmaram, em 1929, uma concordata que, depois de mais de vinte anos, surge com uma significação muito real. Por meio do Tratado de Latrão, firmado em 11 de fevereiro de 1929, por Pietro, cardeal Gasparri, secretário de Estado do papa, e por Benito Mussolini, em sua qualidade de chefe do governo italiano, o papado foi, uma vez mais, reconhecido como Estado político, que abrangia pequena porção da cidade de Roma, com a extensão de 44 hectares, em torno do Vaticano, e com a população de 1.200 almas. Isso não passa de uma vaga restauração dos domínios perdidos que o papa uma vez governou. Mas o reconhecimento da cidade do Vaticano como território do papa, faz dele, uma vez mais, um dirigente político, e confere-lhe posição reconhecida entre os soberanos do mundo. A ferida mortal fôra curada. (Apoc. 13:3 e 12.)

Reflexões de um Contemporâneo

FRANK CRANE

ESTAMOS colocados em um mundo, rico não somente em alimento para o nosso corpo, mas ainda em alimentos deleitosos para o espírito. O universo está cheio de leis deliciosas, de harmonias riosas, de tesouros de alegria, de beleza delirante. Vá à fonte e beba. Deixe de rolar nas delícias sua alma.

Há outras "Venus de Milo", outras "Monna Lisa", há outras "Ilíadas", outras "Phedras", outros "Parsifais", outras "Nonas Sinfonias". Por que não havemos de encontrá-los?

Os homens nada criam... Descubrem, simplesmente.

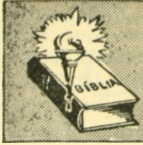
Tôda a beleza, tôda a verdade, tôda a integridade se encontra na Natureza; e, na Natureza, bem entendido, se encontra o Homem.

O artista descobre... Aponta-nos o que nos era verdade. Faz que caia o véu.

Os animais são imitadores. E também o que somos; mas nossas imitações são de qualidade inferior, imitamos, reproduzimos.

O que fazemos, na verdade, quando somos impelidos a inventar alguma coisa, é apenas uma escolha no imenso "stock" da Natureza.

Como disse Tertuliano: "O que se inventou já existia. No reino da arte, nossas mais extravagantes fantasias nada são em comparação com as obras da Natureza." O grande escultor Augusto Rodin, disse: "O homem é incapaz de criar. Consegue apenas aproximar-se da Natureza, com submissão, com amor. Nada equivale ao estudo perseverante. Somente com êle se descobre o segredo da vida. Dedique sua vida pacientemente, apaixonadamente, para compreender a vida. Que lucro, se chegar a compreendê-la! Quem recuaria ante o esforço necessário, ante a aprendizagem indispensável, por mais longa e laboriosa que fôse, se entrevisse a felicidade de compreender?"



ESTUDOS BÍBLICOS

Pergunta:

Demonstra a narrativa de Cristo sobre o rico e Lázaro, a doutrina da imortalidade da alma? (Ver S. Luc. 16:19-31.)

Resposta:

DE MANEIRA nenhuma afirma essa narrativa que existe uma alma imortal, que abandone o corpo por ocasião da morte. Em lugar disso, veremos que o rico, depois de morto, tinha olhos e língua, o que queria dizer que possuía corpo real com todas as suas partes. Pediu êle que Lázaro molhasse "a ponta do seu dedo em água." Se tomamos literalmente a narrativa, então tanto os bons como os maus não se separam, por ocasião da morte, na forma de espíritos intangíveis, mas vão para um lugar de recompensa como seres reais, com partes corpóreas. Não obstante, como é possível tal coisa, se seu corpo foi depositado no sepulcro?

Se essa narrativa é literal, devemos admitir, então, que o Céu e o inferno estão tão próximos um do outro, que é possível manter uma conversa entre os habitantes de ambos os lugares, o que é uma condição indesejável, para não dizermos outra coisa. Se os que crêem na imortalidade natural do homem sustentam que êste é uma quadro literal da geografia do Céu e do inferno, ver-se-ão, então, obrigados a capitular em face do passo concernente às almas que, debaixo do altar, clamam por vingança contra seus perseguidores. (Ver Apoc. 6:9-11.) Nenhum desses passos pode ser literal. Se os justos podem realmente ver os sofrimentos dos ímpios, por que, então, precisam clamar por vingança?

Ao pedir o rico que Lázaro fôsse enviado à Terra para advertir outros acerca do inferno, Abraão lhe respondeu: "Têm Moisés e os profetas; ouçam-nos." E, "se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco acreditarão, ainda que algum dos mortos ressuscite." (Vs. 29 e 31.) De modo que a narrativa não fala de lugar algum de espíritos desencarnados, nem mesmo no sentido de que voltem para advertir os homens. Em lugar disso, o verbo voltar é usado no sentido da ressurreição dos mortos.

Para não chegar à conclusão de que os espíritos teriam corpo e o Céu e o inferno estariam tão próximos um do outro que seria possível entabular de uma a outra parte uma conversação, consideraremos essa narrativa simplesmente como parábola? Em tal caso, convirá lembrarmos que os teólogos estão acordes em afirmar que não se pode doutrinar com base em parábolas ou alegorias. Uma parábola, como qualquer outra ilustração, é empregada geralmente para esclarecer algum ponto especial. Se intentarmos formular doutrinas com base em todas as partes da narrativa, geralmente caímos num absurdo, senão em completa contradição. Em verdade, querer encontrar na narrativa uma prova para firmar uma crença, precisamente a oposta à que sustenta o orador ou escritor, violaria

a regra mais elementar de interpretação das ilustrações. Afirmamos que usar esta parábola para sustentar que o homem recebe na morte a sua recompensa, faria que Cristo Se contradissesse a Si mesmo.

De maneira definida Cristo estabelece o tempo em que os justos receberão o galardão, e os ímpios serão lançados no fogo consumidor: "E quando o Filho do homem vier em Sua glória, . . . todas as nações serão reunidas diante d'Ele; . . . Então dirá o Rei aos que estiverem à Sua direita: Vinde, benditos de Meu Pai, possui por herança o reino. . . . Então dirá aos que estiverem à Sua esquerda: Apartai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno." (S. Mat. 25:31-41.)

Não é necessário que alguém volte para notificar qual é o destino além-túmulo, porque os que vivem "têm Moisés e os profetas; ouçam-nos." Nós, os vivos, nos consideramos portanto justificados ao compreender a parábola em harmonia com o que os profetas disseram. Malaquias, por exemplo, estabelece que "aquêle dia vem" (é acontecimento futuro) em que os ímpios hão de sofrer os tormentos do fogo consumidor. (Ver Mal. 4:1-3.) Os escritores do Velho Testamento estabelecem de maneira muito precisa que os mortos, tanto justos como ímpios, jazem no silêncio e inconscientes no sepulcro até ao dia da ressurreição. (Ver Jó 14:12-15, 20, 21; 17:13; 19:25-27; Sal. 115:17; Eccl. 9:3-6 e 10.)

Ao concluir que a narrativa em apêço é uma alegoria ou parábola, não resta pois argumento para sustentar que é literal, e, a menos que se queira manter a pretensão impossível de que em uma narrativa figurativa pode ser tomado literalmente um dado ponto, mesmo assim se cria uma contradição direta entre as declarações literais de "Moisés e os profetas" de uma parte, e as de Cristo (em S. Mat. 25) de outra.

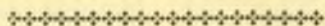
Creemos que a narrativa é uma parábola. Êsse foi o método geralmente usado por Cristo em Seus ensinamentos, embora neste, como em vários outros passos, não o defina especificamente. Portanto, devemos tratar de averiguar a lição que Jesus pretendia ensinar na parábola, e não querer que ela prove qualquer coisa fora disso. Evidentemente, Cristo estava tratando de repreender os fariseus, que "eram avaros." (S. Luc. 16:14.) Muitos dos judeus pensavam que as riquezas eram sinal do favor de Deus, e a pobreza, de Seu desagrado. Cristo quer fazer-nos compreender claramente uma lição, e essa é que a recompensa reservada para o rico avaro, que não dava aos pobres senão migalhas, era o oposto do que criam os judeus.

Isso é o que devemos entender que a parábola ensina. Ser-nos-ia tão coerente afirmar que Cristo ensinou aqui que os justos vão literalmente para o "seio de Abraão" e que o Céu e o inferno estão tão próximos um do outro que é possível falar entre ambos, como que ensinou que o galardão é obtido imediatamente após a morte. Cristo ad-

vertiu quanto a não se tirarem conclusões injustificadas de lições, como esta, que ensinava aos judeus, colocando-as na categoria de narrativa. Estabeleceu uma dupla salvaguarda, declarando, ao final, que "Moisés e os profetas" guiariam os seres vivos no tocante ao seu destino após a morte. Também, a resguardou com afirmar que a única maneira em que alguém pode voltar de entre os mortos é mediante a ressurreição.

Empregando a linguagem alegórica, muito bem pôde haver feito que um morto inconsciente interviesse em uma conversação, sem que por isso devamos chegar à conclusão de que os mortos man-

têm consciência. Noutra parte da Bíblia encontramos a vívida parábola das árvores que foram "ungir para si um rei," e a conversação entabulada entre elas. (Ver Juí. 9:7-15; e também II Reis 14:9.) Por que não tratamos de provar, por meio dessa parábola que as árvores falam e têm reis? De maneira nenhuma, direis, isso equivaleria a pretender que a parábola prove mais do que o autor intencionava que provasse. Perfeitamente. A mesma lógica deve ser aplicada à parábola do rico e Lázaro. — F. D. Nichol, redator de *Review and Herald*.



"O Testemunho Direto"

OS ministros de Deus devem erguer a voz como uma trombeta, e mostrar ao povo as suas transgressões. Os suaves sermões tão freqüentemente pregados não fazem impressão duradoura. Os homens não são tocados até ao fundo do coração, porque as claras e penetrantes verdades da Palavra de Deus não lhes são ditas... Permite-se ao pecador passar sem repreensão. Quando se há de ouvir mais uma vez na igreja a voz da repreensão fiel: "Tu és este homem"? Não fôsem essas palavras tão raras, e veríamos mais do poder de Deus. — *Obreiros Evangélicos*, pág. 145.

Oxalá cada ministro reconhecesse a santidade de seu cargo bem como de seu trabalho, e revelasse a coragem demonstrada por Elias! Como mensageiros enviados por Deus, estão os ministros em posição de tremenda responsabilidade. Devem eles redarguir, repreender e exortar com toda a longanimidade. — *Prophets and Kings*, pág. 142.

Deus considera o Seu povo, em conjunto, responsável pelos pecados existentes nos indivíduos que entre eles há. Se os líderes da igreja deixarem de investigar os pecados que atraem sobre a congregação o desagrado de Deus, ficam eles responsabilizados por esses pecados. — *Testimonies*, Vol. III, pág. 269.

Ele quer ensinar a Seu povo que a desobediência e o pecado são excessivamente ofensivos a Seus olhos, e não devem ser considerados levemente... Se, porém, os pecados do povo são passados por alto por aqueles que se acham em posições de responsabilidade, o desagrado de Deus estará sobre eles, e Seu povo, como um corpo, será responsável por esses pecados. — *Test. Sel.*, Vol. I, pág. 334.

Caso haja erros claros entre Seu povo, e os servos de Deus prosseguem indiferentes, estão por assim dizer apoiando e justificando o pecador, e são igualmente culpados, incorrendo tão certo como ele no desagrado de Deus; pois serão considerados responsáveis pelos pecados do culpado. — *Test. Sel.*, Vol. I, págs. 334 e 335.

Os que trabalham no temor de Deus para libertar a igreja dos entraves e para corrigir erros graves, a fim de que o povo de Deus veja a necessidade de aborrecer o pecado e possa avançar em pureza, e o nome de Deus seja glorificado, sempre enfrentarão influências opostas dos não consagrados. — *Testimonies*, Vol. III, págs. 270 e 271.

A Testemunha Verdadeira

Perguntei a significação da sacudidura que eu vira, e foi-me mostrado que era determinada pelo testemunho direto contido no conselho da Testemunha Verdadeira aos laodiceanos. Isto produzirá efeito no coração daquele que o receber, e o levará a empunhar o estandarte e propagar a verdade direta. Alguns não suportarão êsse testemunho direto. Levantar-se-ão contra êle, e isto é o que determinará a sacudidura entre o povo de Deus.

Vi que o testemunho da Testemunha Verdadeira não teve a metade da atenção que deveria ter. O solene testemunho de que depende o destino da igreja tem sido apreciado de modo leviano, se não desatendido de todo. Tal testemunho deve operar profundo arrependimento; todos os que o recebem de verdade, obedecer-lhe-ão e serão purificados. — *Vida e Ensinos*, págs. 174 e 175.

Oxalá venha um despertar religioso! Os anjos de Deus estão indo de igreja em igreja, desempenhando-se do seu dever; e Cristo está batendo à porta de vosso coração para nêle entrar. Mas o meio que Deus ideou para despertar a igreja para o senso de sua deficiência espiritual não foi atendido. A voz da Testemunha Verdadeira foi ouvida em reprovação, mas não foi obedecida. — *Testimonies*, Vol. V, págs. 719 e 720.

Foi-me mostrado que o testemunho direto deve viver na igreja. Únicamente isto responderá à mensagem aos laodiceanos. Os males devem ser compreendidos, o pecado deve ser chamado pecado e a iniquidade deve ser enfrentada presta e decididamente, e apartada de nós como povo. — *Idem*, Vol. III, pág. 260.

Os ministros que estão pregando a verdade presente não devem descuidar-se da solene mensagem dirigida aos laodiceanos... Como se lhes aplica, aos laodiceanos, a mensagem da Testemunha Fiel? Não pode haver nisto engano. Esta mensagem deve ser dada pelos servos de Deus a uma igreja morna. Deve despertar o Seu povo de sua segurança e engano perigosos no tocante à sua verdadeira situação perante Deus. Êste testemunho, se recebido, o incitará a agir e a humilhar-se e confessar seus pecados. — *Idem*, Vol. III, págs. 257-259.

CAIXA DE PERGUNTAS

Em Face do que reza Isa. 61:10, como se justifica o ensino contrário ao uso de jóias?

Isa. 61:10 reza: "Regozijar-me-ei muito no Senhor, a minha alma se alegra no meu Deus; porque me vesti de vestidos de salvação, me cobri com o manto de justiça, como um noivo que se adorna com atavios, e como a noiva que se enfeita com as suas jóias."

O assunto do uso de jóias e ornamentos é um dos de compreensão mais difícil em todo o campo do viver cristão, por estarem envolvidos princípios aparentemente em conflito, como estão, também as mais fortes paixões da natureza humana caída — o orgulho, egoísmo e avaréza. Os adventistas do sétimo dia não foram os iniciadores do ensino de que o uso de jóias é impróprio para os cristãos. Muitas das igrejas atuais, em seu início mantinham as mesmas normas.

O princípio primário subjacente nesse assunto é o legítimo amor da alma humana à beleza, um desejo implantado pelo próprio Deus, que é apreciador da beleza. Nenhum ensino genuíno da Bíblia, no tocante ao costume ou aparência, visa a produzir feiúra. O problema é: Que é a verdadeira beleza? Na causa de Deus, ela está sempre aliada à verdade. Isso condena o uso de "maquillage" e toda bugiganga de adorno chamativa e inútil.

A questão do que é belo ainda mais se complica pelo pecado no coração, como se revela pelo egoísmo e orgulho. As jóias podem ser verdadeiramente belas e genuinamente valiosas — gemas verdadeiras e preciosas — não obstante serem inteiramente más, por serem usadas por orgulho e ostentação de egoísmo e inveja.

A terceira lei do adorno é o simbolismo certo. Por este princípio pode ser correto usar alguma vez o que seria incorreto noutra. O verdadeiro adorno cristão, portanto, tem que satisfazer às três normas seguintes:

1. A lei da beleza em harmonia com a verdade, utilidade e genuidade.
2. A lei da utilidade, humildade e simplicidade.
3. A lei do simbolismo correto.

Essas leis podem ser sintetizadas nas palavras: Beleza, altruísmo, correção.

Duas considerações são fundamentais, e sua violação denuncia a concentração do pensamento íntimo no próprio eu, em vez de em Cristo.

Mas muitos sinceríssimos e ardorosos cristãos não podem compreender por que, no tempo do Velho Testamento, mulheres tais como Sara, Rebeca e Ester usaram jóias, se isso é mau hoje em dia. Pelo devido simbolismo, essas jóias indicavam a união matrimonial, a dignidade do esposo, o amparo da esposa e filhos.

O "pedido" dos israelitas, de prata, ouro e vestidos dos egípcios, antes do êxodo, não era egoísmo, mas a cobrança de salários havia muito tempo devidos. Era correto em face da terceira lei mencionada. As vestes e jóias do sumo sacerdote no

ritual do tabernáculo, feitos "para glória e ornamento" (Exo. 28:2), eram simbólicos da glória do divino Sumo Sacerdote e não continham o mínimo elemento de adorno do sacerdote humano. A pompa da corte de Salomão, nos dias de sua fidelidade (II Crô. 9:3-27) era corretamente simbólica do favor de Deus. O adorno de Ester (Est. 5:1) tinha profundo simbolismo espiritual. Escrava elevada ao nível da realeza pelo amor do rei, podia comparecer perante ele de maneira aceitável somente com os adornos caríssimos que eram presentes de sua mão. Assim, o cristão, escravo do pecado libertado pelo amor do Rei, pode comparecer perante Ele somente adornado com os inestimáveis adornos de Sua justiça — Sua dádiva gratuita.

Deve ser salientado que a maior parte do assunto de adorno do Velho Testamento é o aspecto simbólico. Justamente esse aspecto de concerto do uso de jóias é que torna impróprio, na era cristã, o uso que era correto antes do primeiro advento.

Existem no Novo Testamento apenas três passos que tratam do uso de adornos. Dois deles são o ensino de Paulo e Pedro de que o adorno da mulher cristã deve ser interno e não externo (I Tim. 2:9 e 10; I S. Ped. 3:3-6); e o outro é a descrição da "MÃE DAS PROSTITUIÇÕES e ABOMINAÇÕES DA TERRA." (Apoc. 17 e 18) Ela está "vestida de púrpura e de escarlata, e adornada com ouro, e pedras preciosas e pérolas." Esses são os símbolos de sua união adúltera com os reis da Terra. Pode a mulher cristã, na época da moderna Babilônia e de suas filhas, vestir-se como se vestem elas, e ao mesmo tempo pensar que mesmo assim honra o seu divino Senhor?

Existe, porém, motivo ainda maior para que, desde a ascensão de Cristo, as cristãs não devam usar jóias. Elas são o símbolo da união com um marido; e nosso divino Noivo está ausente. Nossa união com Ele não será consumada sem que Ele volte em Seu segundo advento. Até então os verdadeiros cristãos estarão "vigiando", "esperando", ansiando, "apressando" avidamente esse tempo de união. (S. Luc. 12:31-38; Heb. 10:12 e 13; II S. Ped. 3:11-13; Apoc. 22:20.) O próprio Jesus disse que o período que medeasse entre os Seus primeiro e segundo adventos seria um tempo de tristeza. (S. Mat. 9:14 e 15; S. Mar. 2:18-20; S. Luc. 5:33-35.) Bem sabemos o que pensam os vizinhos da mulher que, na ausência do marido, se enfeita e sai cada dia para ser vista de outros homens. Não é o uso dos símbolos de união, da parte daqueles cujo Espôso espiritual está ausente, um sinal de que o seu tesouro não está no Céu, de onde esperamos o Senhor? Os ornamentos são símbolos de regozijo (Isa. 61:10), e nosso tempo de regozijo ainda não chegou. (S. Tia. 4:4, 8-10; S. João 16:20; S. Luc. 6:21 e 25; Ezeq. 9:4; Joel 1:14 e 15; 2:1, 12-17.)

Ainda mais uma forte razão existe, pelo simbolismo, para que nesta época os cristãos não devam

usar jóias. Não somente estamos esperando que volte o nosso Senhor ausente, e não podemos achar a consolação na amizade do mundo; mas estamos na "hora do juízo" (Apoc. 14:7), em que o galardão que trará consigo quando vier (Apoc. 22:12) está sendo preparado por meio do exame dos nossos registros nos livros do Céu (Dan. 7:9, 10, 13 e 14). No Sinai, quando os israelitas se haviam colocado sob sentença de morte por sua violação do concerto de sangue (Exo. 24:3-8; 32:7-10), e a intervenção de Moisés lhes propiciara um adiamento da execução da pena de morte (Vs. 11-14), foi ordenado ao povo que se despisse de todos os adornos enquanto esperavam para ver o que Deus com eles faria (Exo. 33:4-6). Esta é a razão mais forte para que, nos últimos dias da era cristã — agora mesmo, quando todos

os sinais apontam para a volta de nosso Senhor que está às portas — não sejamos achados usando jóias. Estamos com a vida em juízo enquanto o Juiz-Sacerdote ministra no santuário celestial. Como podemos usar ornamentos enquanto trememos perante essa investigação? Quando Ele vier, se formos achados dignos, Ele próprio nos adornará com tal beleza celestial que fará das mais ricas jóias terrestres simples cacos dos paralelepípedos que pavimentarão a Nova Jerusalém. Existem maneiras mais corretas de simbolizar um matrimônio cristão, do que o anel pagão que qualquer impostor pode comprar e usar; o caráter o fará. As vestes de justiça de Cristo adornar-nos-ão, então, como não pode fazê-lo toda a riqueza terrestre, e esses adornos durarão eternamente.



NOTAS E NOTÍCIAS

● Em Londres, os três membros de uma delegação de batistas que esteve na Rússia a convite do Concílio Soviético dos Cristãos Evangélicos (Batistas) fizeram, em seu regresso, uma declaração de haverem encontrado "fortes" grupos batistas em muitas cidades russas.

● Em Nairobi, Quênia, sete professores da missão Metodista de Meru, foram apanhados numa emboscada e golpeados até à morte por componentes da seita terrorista Mau-Mau, relatou a Polícia. Os professores foram surpreendidos por cerca de dez homens armados, numa floresta próxima da escola de Meru, acrescentou a Polícia, que aventou que a seita, aparentemente, está agora, uma vez mais, visando as escolas missionárias.

● Os componentes da Ação Bíblica da Sociedade Bíblica Suíça de Genebra, tiveram uma surpresa agradável. Isso aconteceu depois de eles haverem enviado exemplares grátis da Bíblia a todos os delegados presentes à assembléia de povos do oriente, em sessão. Em resposta, chegaram cartas de comunistas de alto coturno com agradecimentos em termos calorosos pelo que descreveram como um "presente muito interessante."

● Os membros de cinco igrejas protestantes estão cooperando no cuidado dos órfãos de Navajo, por meio de uma nova organização em Farmington, Novo México, chamada Missões Unidas de Navajo.

● O Vaticano não apoia o projeto de reforma do calendário agora apresentado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

● Acreditam os historiadores que o florescimento da civilização dos maias começou entre os anos 500 e 600 A.C. O primeiro e mais antigo império chegou ao auge de sua civilização entre os anos 200 e 600 de nossa era. O segundo império alcançou maior florescimento entre os anos 1.000 e 1.200. Não obstante suas guerras com outros povos, especialmente os toltecas e aztecas, somente

foram subjugados pelos espanhóis. Só em 1901 as últimas tribos independentes foram submetidas pelo México.

● Do testamento de Bernard Shaw, aberto e lido em 22 de março de 1951, constava esta última vontade do mais discutido dos escritores nos últimos tempos:

"Levando em conta o fato de que minhas convicções religiosas e meus pontos de vista científicos não podem, no momento, ser definidos mais precisamente do que como os de um crente na evolução criadora, desejo que nenhum monumento público, ou obra de arte, ou inscrição, ou sermão, ou serviço ritual de comemoração, sugira que aceitei os dogmas de qualquer igreja ou denominação, sob a forma de uma cruz ou outro qualquer instrumento de tortura ou símbolo do sacrifício ou fé."

● Dá-se o nome "Quirinal" a uma colina de Roma, situada ao noroeste da cidade. Os sabinos ocuparam-na antes de Rômulo. Nada menos que quinze divindades sabinas foram adoradas no Quirinal. Nessa famosa colina, além dos numerosos altares, foram edificados o magnífico Templo do Sol e as termas de Constantino.

● No México, nos arredores de Tehuantepec, existe uma flor designada pelo nome "azul-branca-vermelha". Ao romper da madrugada é ela branca, e aos poucos e à medida que o Sol ascende, vai adquirindo côr rósea. Ao meio-dia é um belo vermelho vivo. Depois, progressivamente, toma tom violáceo, até que, à tarde, passa a ser azul. Durante a noite torna-se branca, para ir rosando-se de novo, desde que o Sol se ergue.